

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

BRASÍLIA ESVERDEOU: contradições da onda ecológica que chega à capital
CIÊNCIA POPULAR: experiência na Amazônia integra saber e ação social
PROPAGANDA E CONSCIÊNCIA: tudo a ver, diz Ricardo Guimarães
SÃO PAULO: a metrópole pede água

NÚMERO 8 ■ MAIO 2007 ■ R\$ 12,00

FGV
GVces

TODOS JÁ SABEM
DA CRISE AMBIENTAL

E AGORA,
JOSÉ?

Em Brasília, ZERO HORA

Esta edição entrava em gráfica quando cientistas reunidos no Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) davam início aos trabalhos para a divulgação do terceiro relatório sobre mudanças climáticas. No primeiro documento, em fevereiro, o IPCC apresentou seu posicionamento sobre as alterações do clima, confirmando a influência da ação humana. No segundo, em abril, mapeou os impactos das mudanças em todo o mundo. Desta vez, indica o que pode ser feito para combatê-las. Em outras palavras, entramos em uma terceira fase, a de pôr a mão na massa.

Esse processo chega ao País com certo atraso. Transportando-o para as escalas nacional e individual, nem o governo nem a população parecem ter alcançado a segunda etapa, na qual é preciso dimensionar o tamanho do problema. Cidadãos e empresas preocupam-se pouco com seus impactos sobre o meio ambiente. E apenas agora o governo ensaia coordenar o mapeamento dos efeitos físicos, biológicos, sociais e econômicos do aquecimento no território nacional. Em vez de proporcionar um fórum democrático, os canais de comunicação em geral refletem interesses econômicos hegemônicos, vendendo a ilusão de um padrão insustentável de vida e de consumo.

Enquanto a busca por soluções começa a mobilizar o mundo, o velho *Brazilian way-of-life* persiste. Caberia repensar estrategicamente o País neste novo momento, mas o que se vê é a idéia de um crescimento econômico a qualquer custo.

A hora é de mudança, e o Brasil precisa entrar na corrida. A contagem do tempo começa agora.

BOA LEITURA

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETOR Fernando de Souza Meirelles



COORDENADOR Mario Monzoni

EDITORAS FUNDADORAS

Amália Safatte e Flavia Pardini

EDITOR

Flavio Lobo

PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO DE ARTE

Marco Cançado (Banana Biônica Design)

EDITOR DE FOTOGRAFIA

Bruno Bernardi

REVISÃO

José Genulino Moura Ribeiro

SECRETARIA EDITORIAL

Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Aldem Bourscheit, Antonio Rocha Magalhães, Francisco Maciel, Iatã Canabrava, Jorge Novais, Martin Garcia, Patricia Shanley, Pedro Bicudo, Philip Fearnside, Regina Scharf, Samuel Casal ENSAIO FOTOGRÁFICO Eric Tohver

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatte (MTb 22.790)

PUBLICIDADE

André Almeida / contato@pagina22.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513

01421-000 - São Paulo, SP

(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO

Vox Gráfica e Editora

DISTRIBUIÇÃO BANCAS

Distribuidora Grupo Estado

NÚMEROS AVULSOS E REPARTES CORPORATIVOS:

(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br

(21) 2559-5535 ou livraria@fgv.br

CONSELHO EDITORIAL

Amália Safatte, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis Ribeiro, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Moysés Simantob, Rachel Biderman, Tarcila Reis Ursini

CONSELHO CONSULTIVO GVCS

Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Nelmara Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray

PARCEIROS FUNDADORES

ODEBRECHT

Fazendo mais que o possível



Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares

CAPA: BRUNO BERNARDI



10 ENTREVISTA

O publicitário Ricardo Guimarães diz que, além de inovações sustentáveis, é preciso expandir consciências

16 COMPORTAMENTO

O brasileiro se dá conta da crise ambiental que o cerca, mas a maioria não muda seu modo de agir, influenciada por uma mídia que estimula o consumismo e pouco questiona as forças e culturas instituídas

32 ÁGUA Um preocupante relatório sobre o maior manancial que serve a Grande São Paulo traz à tona uma crise mais profunda que as represas da região

36 RETRATO Vinte e cinco anos depois da guerra, as Ilhas Malvinas/Falkland abandonaram uma economia de base agrícola para explorar a riqueza marinha à sua volta



44 POLÍTICA

Em Brasília, o meio ambiente ganha espaço nas agendas e discursos. Mas os obstáculos são maiores do que aparentam

50 GOVERNO

O novo secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente quer que o País assuma maior protagonismo em relação ao aquecimento global

SEÇÕES

- 8 NOTAS
- 28 COLUNA
- 30 ARTIGO
- 54 ANÁLISE
- 58 ENSAIO I
- 62 ENSAIO II
- 66 ÚLTIMA



COMPORTAMENTO

Sobre hecatombes E LUCROS

Em sua edição de abril, a revista *The Atlantic* revelou como uma parte da elite planetária encara as mudanças ambientais, econômicas e sociais que o aquecimento global poderá causar. O título da capa anuncia “oportunidades quentes” e o subtítulo explica: “Quem perde – e quem ganha – num mundo em aquecimento”.

Ao longo da reportagem, de Gregg Easterbrook, pouco se diz sobre perdas e perdedores. O leitor é apenas brevemente lembrado de que fome, sede, doenças e guerras poderão dizimar as já depauperadas populações de países situados a baixas latitudes.

Para o Brasil, o cenário aventado é o de uma tamanha piora das condições climáticas em regiões densamente povoadas, como São Paulo, que uma invasão da Argentina em busca de áreas mais habitáveis se apresentaria como séria possibilidade.

Mas o foco de Easterbrook são os prováveis futuros vencedores – que não se diferem muito dos atuais. “O que eu ganho com isso”, pergunta o repórter, sendo “eu” o leitor e “isso”, o aquecimento global.

“Quase todos os benefícios (...) deverão se concentrar no Alasca, no Canadá, na Groenlândia, na Rússia e na Escandinávia”, prevê a matéria, pródiga em dicas para ajudar o leitor-investidor a pôr seus dólares em terras distantes de futuras temperaturas abrasadoras, secas ou inundações.

A reportagem também aborda a dimensão geopolítica e, à idêntica corrente de que a China será a próxima superpotência a desafiar os EUA, o autor contrapõe a hipótese de que uma nova ascensão russa ressuscitaria uma rivalidade do século passado, “mas, desta vez, numa guerra do aquecimento em vez de uma Guerra Fria”.

No fim do texto, outra questão é formulada: se as mudanças climáticas podem dar lucro, por que tentar mitigá-las? Segundo Easterbrook, a tentativa faz sentido, principalmente porque quem está na liderança não deve arriscar sua posição permitindo mudanças drásticas demais, com alto grau de incerteza. Ao identificar a principal meta que os americanos devem ter em mente, o autor não menciona prevenção a hecatombes em outras paragens, apenas a manutenção do poder dos EUA.

A *The Atlantic* comemora 150 de existência este ano. Lida atualmente por 1,5 milhão de americanos, a publicação foi criada por abolicionistas, inspirados pelo ideal da igualdade entre os homens. Hoje, em resposta à crença comum de que a iminência de catástrofes ambientais colocará todos nós, a humanidade, num mesmo barco, os caras-pálidas que seguram o leme da revista retrucam em uníssono com muitos dos poderosos do mundo: “Nós quem?” — por Flavio Lobo



ESPAÇO URBANO

PAUSA PARA REFLEXÃO

A cidade de São Paulo é um dos maiores exemplos de que o crescimento por si só está longe de garantir o bem-estar da população. A vila que virou metrópole, embalada a partir dos anos 50 pelo mote de que “não podia parar”, hoje pede um movimento em outra direção.

No dia 15 de maio é lançado o “Movi-

mento Nossa São Paulo: Outra Cidade”, iniciativa apartidária de empresas, organizações e movimentos sociais da cidade, capitaneada pelo Instituto Ethos. O objetivo, segundo Ricardo Young e Oded Grajew – respectivamente presidente e presidente do conselho deliberativo do instituto –, é “reunir as mais diversas

forças para construir um plano duradouro, visando o desenvolvimento justo e sustentável da cidade de São Paulo”.

Uma pesquisa inédita do Ibope sobre os problemas e os sonhos dos paulistanos será divulgada no encontro, dando as bases para as primeiras ações e mobilizações. — por Amália Safatle

EMPRESAS

MEDIR PARA REDUZIR

Uma ferramenta de gestão da emissão de gases do efeito estufa foi apresentada ao mercado brasileiro em abril. Já utilizado em mais de 900 empresas no mundo inteiro, o Protocolo de Emissão de Gases do Efeito Estufa – GHG Protocol, em inglês – será adaptado à realidade brasileira.

O indiano Pankaj Bhatia, diretor do World Resources Institute – *think tank* baseado em Washington que promove a iniciativa em diversos continentes, explica que nos últimos sete anos a metodologia vem sendo aplicada em diferentes setores como o industrial, o financeiro e o governamental. Em termos gerais, trata-se da utilização de uma série de instrumentos para mapear as emissões de gases de efeito estufa e, a partir desses dados, buscar uma redução voluntária.

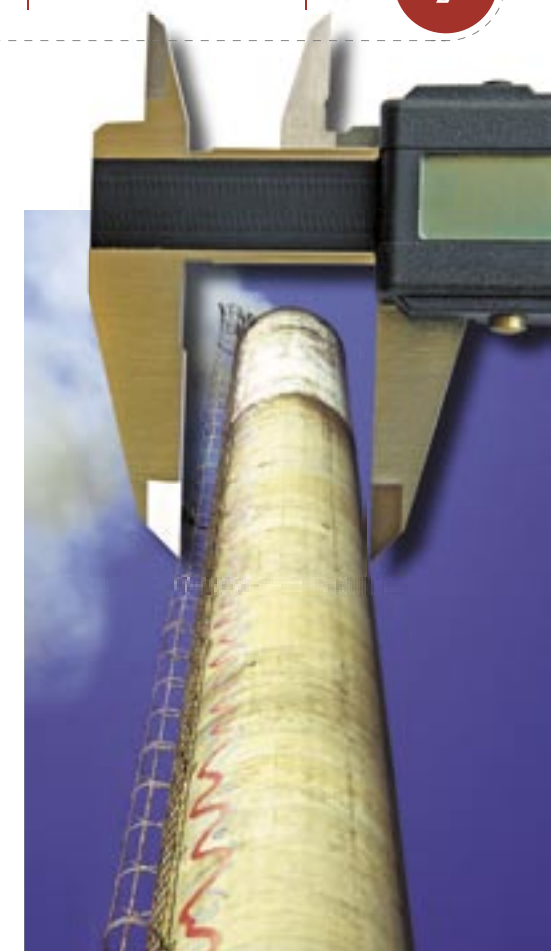
Segundo Bhatia, as empresas que

aderem ao protocolo se tornam mais aptas a identificar oportunidades de reduzir energia, a encontrar alternativas para melhorar a competitividade, a participar dos mercados de carbono e a providenciar informações para os *stakeholders*. “Os benefícios são diretamente relacionados à solução dos problemas que a emissão de gases causam”, afirma.

Petrobras, Bradesco e Votorantim relataram no lançamento experiências com inventários de emissão de carbono, entre outras operações, visando a sustentabilidade de suas atividades.

No Brasil, a iniciativa do WRI é conduzida por uma parceria entre o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e o Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

— por Maurício Araújo



FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

AÇÃO ENTRE HERMANOS

Formar um grupo capaz de discutir, desenvolver e apoiar as finanças sustentáveis na América Latina. Este é o objetivo do Fórum Latino-Americano sobre Finanças Sustentáveis (LASFF), lançado em abril, em São Paulo.

Os idealizadores do fórum apostam em três blocos de ação para alcançar o objetivo: educação, informação e debate. No primeiro bloco está programada a realização de cursos, palestras e treinamentos. No segundo, a constituição de um banco de dados on-line responderá às principais demandas de informação. Por fim, as discussões serão promovidas com a criação de comitês temáticos dedicados aos assuntos prioritários, entre eles Princípios do Equador e *Performance Standards*, Bancos Públicos, Microfinanças e Produtos Sustentáveis.

Ajay Narayanan, diretor da International Finance Corporation (IFC), braço privado do Banco Mundial, explicou o interesse da instituição em promover a criação do fórum: “Identificamos a necessidade de os bancos aprenderem com eles mesmos. O LASFF tem potencial de ser o elemento que vai reunir todos esses atores na promoção da sustentabilidade”.

As próximas atividades já estão agendadas. Será realizada uma mesa-redonda com fundos de pensão e reguladores em 31 de maio, no Rio de Janeiro. Na seqüência, o fórum será oficialmente lançado em Buenos Aires, Santiago e Lima.

Mais informações em www.lasff.org. (MA)



A era da IDENTIDADE

... POR FLAVIA PARDINI

O publicitário Ricardo Guimarães é, de acordo com sua própria definição, um *seer* — alguém que enxerga primeiro o que depois será seguido por muitos outros. Desde os anos 80 ele aborda a comunicação empresarial como um exercício de identidade. Hoje é considerado autoridade em *branding*, que define como uma filosofia de gestão para as empresas se relacionarem com todos os públicos importantes para que elas perdurem. As empresas que se inspiram na visão da sustentabilidade provavelmente trarão as soluções inovadoras para um mundo pressionado entre o limite físico imposto pelos recursos naturais e a velocidade e conectividade proporcionadas pela internet, acredita Guimarães. Mas, além de inovação, diz ele, é preciso expandir a consciência.

capacidade de entrega. É abstrato quando é uma promessa na cabeça das pessoas. Ela só tem valor se tiver uma capacidade de entrega daquilo que promete. Quando você gerencia a marca, gerencia não só o significado que ela tem, mas a cultura que dá concretude a essa promessa.

22: Não basta o povo lá fora acreditar na sua marca...

RG: ...você tem de entregar.

PÁGINA 22: O que é marca?

RICARDO GUIMARÃES: É uma palavra muito comum, porém com definições diferentes, dependendo do contexto. Se a empresa estiver em um mercado sem concorrentes, a marca é um nome, uma maneira de identificar o responsável por um produto ou serviço, e não tem valor nenhum. Se cuidar da imagem for importante para o negócio, então a marca pode ser também uma imagem, passa

a ser o que os outros pensam de mim. É obrigatório entender a marca dessa maneira no mercado concorrencial, porque o cliente começa a ter alternativa e a opinião que ele forma passa a ser importante. É o gerenciamento da opinião que os outros têm de você. Do ponto de vista social, marca é sempre um contrato. O nome de um político, por exemplo, tem um discurso por trás, uma maneira de ver e agir para com a sociedade, processos que ele propõe. Aí entra o terceiro significado, em que a marca não é apenas uma imagem, mas uma maneira de pensar que cria processos, procedimentos, ritos compartilhados pelas pessoas. Nesse sentido, a marca é uma cultura que nasce na empresa e só ganha valor na medida em que o povo a acolhe como uma maneira que eles gostam, seja de tomar banho, de usar uma tecnologia, de viajar... Qualquer coisa que alimente o seu estilo de vida tem um nome e esse nome se traduz em significados.

22: É possível medir um conceito tão abstrato?

RG: É abstrato até o momento em que se entende que se trata de

Aí que aparecem diferentes visões sobre valor da marca. Tem uma avaliação que tira a marca do contexto da empresa — essa marca vale tanto porque as pessoas atribuem a ela características percebidas como de valor. Isso é o *brand value*. Quando se fala da marca como um todo — nome, significado, imagem, mas também a capacidade de entrega —, além dos intangíveis da empresa, você traz os tangíveis. Isso é o *brand equity*. A marca está dentro do *brand equity*. Quando se fala de marca como um ativo a ser vendido, é uma circunstância comercial em que há um comprador que, quando comprá-la, pode fazer algo com ela. Ele atribui um valor à marca em função do que pode tirar dela do ponto de vista de negócios. Na gestão da marca, agora falando do *brand equity*, é possível perceber o valor em algumas circunstâncias. O indicador é a atratividade, ou o que te faz caminhar alguns quarteirões a mais para chegar na loja que tem o produto da marca que você quer. Pode-se medir a atratividade também pelo tempo que você estiver disposto a esperar pelo produto daquela marca. Por exemplo, empresas de venda direta

— você na hora, tem de esperar dois, três dias. Se você não tem esse valor percebido com relação à marca, vai à loja, compra e vai para casa com outro produto. Então se mede pela distância, pelo tempo e também pelo algo a mais que você está disposto a pagar por um produto de uma marca determinada.

22: Por que as pessoas se dispõem a pagar mais?

RG: Tem a questão tradicional de *status*, mas, do ponto de vista de gestão de valor, marca significa: eu concordo com o jeito com que essa marca faz isso, quero que continue fazendo.

22: As pessoas têm consciência disso?

RG: Não, são muito impulsivas e inconscientes quando consomem. Por exemplo, você vai ao restaurante, gosta e pensa: "Vou voltar lá". Até para que ele tenha freguês para manter o restaurante aberto. É como dizer: "O lucro que eu te dou, o "a mais" que eu pago, é para manter você trabalhando para mim, pesquisando novos produtos,

Sr. OMO. A marca corporativa começou a surgir como um personagem na vida das pessoas. A responsabilidade de fazer um produto com qualidades — distribuição, pontualidade — e a possibilidade de ter um contato, uma política de preço justa são competências corporativas. Práticas ambientais e sociais corretas são competências corporativas. O que aconteceu? A Unilever passou a dizer: "Eu, Unilever, existo, sou eu quem fabrica o Dove, a Hellmann's, o OMO. Eu garanto em todos esses produtos algumas virtudes, competências como distribuição, política de preço, práticas ambientais".

22: Esse movimento emergiu da sociedade? Reivindicado pelo consumidor?

RG: Emergiu da sociedade.

22: Mas as empresas gostam disso.

RG: As boas empresas. Eu não dissocio um empresário de um consumidor, de um advogado, de um político. A sociedade é sempre um todo que evolui junto. Sempre

A ameaça hoje vem de uma dinâmica de mercado que a empresa não controla. O futuro ficou incerto

melhorando a performance, reduzindo o preço, porque eu adoto você, seu jeito de pensar, como um fornecedor do meu estilo de vida".

22: É uma visão nova, o marketing tradicional não tem esse apelo.

RG: Sim. A Unilever, por exemplo, antigamente só tinha marca de produtos e a marca Unilever não era exibida. Por quê? Porque as pessoas se relacionavam com o produto. Elas eram pouco informadas, não tinham muitas alternativas. Se o sabão em pó estragasse sua máquina de lavar, a sua roupa, não havia um canal formal para reclamar, um canal público, ou com a própria empresa, de atendimento ao consumidor. Porque o consumidor não tinha importância. Na medida em que a sociedade amadureceu, foi estruturando os canais de direitos a serem protegidos com relação ao consumidor, as empresas começaram a perceber que, pela competição, pelo ritmo de inovação, tinham de criar um vínculo mais forte com o consumidor. E não ia ser com uma caixa de sabão em pó chamado OMO, mas com o fabricante. Quem é responsável pela roupa estragada? O fabricante, não o

houve empresas que agrediam de tal forma o consumidor que foi preciso criar a defesa dele. Há empresas, algumas centenárias, que nunca agrediram o consumidor, que sempre foram cúmplices em encontrar boas soluções para ele. Mesmo que o mecanismo "empresa" fosse meio perverso em princípio, o empresário por trás é que dava a maneira de conduzir.

22: Qual a diferença entre marketing e branding?

RG: O marketing, como próprio nome diz, trabalha com variáveis de mercado, que eram bastante estáveis até há alguns anos. Bastava fotografar o mercado, ver a posição das concorrentes, o comportamento do consumidor e, como tudo era estável, tinha tempo para fazer planos. Quando você chegava ao mercado, aquele cenário ainda estava vigente e suas ações, adequadas. O que aconteceu? A partir da década de 90, o mundo começou a mudar rápido, passou a ter mais alternativas de posicionamento de mercado, a estabilidade das variáveis começou a desaparecer...

22: Foi devido à internet?

RG: Não só à internet, mas à tecnologia da informação em geral, que faz com que o ritmo de mudança de comportamento, da tecnologia, de todas as variáveis do negócio seja muito grande. Tanto que, quando você fotografa o mercado para usar como insumo de um planejamento, na hora em que vai implementar o mercado não é mais aquele. Surge uma nova variável, além das de mercado, que é a identidade da empresa, que é invariante — isto é, não importa a circunstância do mercado, eu, com a minha identidade e a minha essência, consigo me adaptar e vou estar bem na foto. Quando você traz a identidade da organização, que é da marca, como a invariante para ler cenário e planejar a ação, você não tem mais apenas o marketing, tem o *branding*.

22: Mas eles convivem?

RG: Convivem. Do mesmo jeito que um dia você tinha na empresa só vendas para escoar a mercadoria, em um momento primário do mercado, sem concorrente. Quando começa a ter concorrente, o mercado fica mais complexo e é preciso estudá-lo. Ao fazer isso, você faz o marketing. As vendas continuam existindo, mas atuam no contexto de marketing. A mesma coisa hoje — a empresa não é ameaçada só pela concorrência, mas por uma dinâmica de mercado que você não controla mais. Além de vendas, de marketing, você tem o *branding*. É um novo contexto onde o marketing atua, e vendas também. Ele surge quando o futuro começa a ficar muito incerto. *Branding* é o nome que se dá para uma série de instrumentos que ajudam a empresa a melhorar seu relacionamento com todos os públicos que são importantes para ela manter seu negócio em pé.

22: Nesse sentido, não é novo. É algo em que as empresas deveriam sempre prestar atenção.

RG: Não dá para ser sempre. Quando o futuro é certo, para que se preocupar? É uma projeção do passado. Na hora em que você perde o controle, o futuro fica incerto, imprevisível. Aí as empresas começam a buscar garantias de resultado futuro. Isso tem impacto na bolsa direta. O valor de uma empresa antigamente tinha um percentual pequeno de intangível, o chamado fundo de comércio, era 5% a 10% — um "a mais" que você pagava pelo potencial de negócio da empresa. Não era registrável no livro, contabilizável. A partir do momento em que o futuro começou a ficar incerto, o percentual de intangível começou a crescer. Hoje pode chegar a 90% do valor da empresa — essas empresas da internet, YouTube, Yahoo!, têm valor infinitamente superior ao tangível.

22: Falando de futuro, vem à cabeça o

aquecimento global e a tomada de consciência coletiva de que nosso futuro está em risco. Como entra a sustentabilidade na questão do branding?

RG: Uma vez que o foco do *branding* é a garantia de resultados futuros, independente da questão do meio ambiente, estamos falando da dinâmica de criação de valor da empresa, seja para o consumidor, o acionista, o fornecedor, seja para o jovem talento que queremos atrair, para as alianças que queremos que sejam oferecidas para essa empresa com prioridade. Ou seja, a atratividade dessa marca no mercado para que ela possa ter o suporte do seu valor para todas essas pessoas. Dar esse suporte chama-se "cuidar do *stakeholder*", dos públicos que são relevantes para manter o negócio em pé. Na medida em que o meio ambiente passa a ser um risco (*para a empresa*), ele se torna um *stakeholder*. Então, a sustentabilidade entra naturalmente na disciplina do *branding*. Sempre falamos de garantir resultados futuros, nunca especificamente do meio ambiente, mas o *branding* fala de futuro, então é natural que a sustentabilidade entre e passe a ser um veio rico para trabalhar todos os contextos de garantias de resultados futuros. Por isso muita gente confunde o *branding* com a sustentabilidade — é que o *branding* é uma filosofia de gestão, e a sustentabilidade é uma visão que vem informar melhor essa filosofia.

22: Ela é um objetivo para as empresas que têm o branding como filosofia?

RG: É um equívoco que o mercado comete, na minha opinião, usar a sustentabilidade como objetivo. Sustentabilidade é uma maneira de atingir objetivos, não é um objetivo. O objetivo de uma empresa não é ser sustentável, é dar resultados sustentáveis. Para isso você cria uma cultura que cuide da gestão do risco e do valor, em que a sustentabilidade é uma característica.

22: O senhor trabalha com empresas como Natura, Banco Real. Por que focar na sustentabilidade como valor da marca?

RG: Não são marcas que definem a sustentabilidade como identidade. Vamos entender sustentabilidade como um estágio de evolução da sociedade. Daqui a cinco, dez anos, dependendo de quantos acidentes e catástrofes tivermos pela frente, sustentabilidade vai ser *default*. A Natura, o Banco Real só saíram na frente. Não é um posicionamento exclusivo deles, são empresas que gostariam que todos seus concorrentes fossem na mesma direção, porque são dirigidas por pessoas que acreditam que esse é o caminho. É por isso que saíram na frente. Em uma reflexão em relação ao futuro, é impossível não considerar a sustentabilidade como visão inspiradora de

inovação. Quem vai ter as melhores idéias para o mundo que tem que fazer a gestão compartilhada de ativos estratégicos? Quem conseguir ter a visão da interdependência, da sustentabilidade. Não vai ser quem briga para controlar seu negócio a despeito do resto da sociedade.

22: Como se explica, por exemplo, o caso da Vale do Rio Doce, que tem o *investment grade*, mas parece não ver comunidades com quem tem de conviver como público interessado e interessante?

RG: Se você fizer uma foto de qualquer empresa hoje — da Interface à Vale do Rio Doce, dois tipos bem diferentes — vai ver contradições sérias. Mas, se olhar o filme, vai ver organizações, junto com a sociedade, passando por um processo de transição profunda. Toda empresa hoje, por mais decidida a caminhar na direção da sustentabilidade, ainda tem práticas ligadas a um nível de conhecimento primário. A Vale deve ter um percentual que vai na direção do futuro, e um percentual ainda preso ao passado, isso pode estar na cabeça de algumas pessoas, em momentos diferentes da mesma pessoa. Se você não olhar o filme, não compreende as contradições. Por isso é difícil a empresa mudar. É difícil pessoas mudarem. Todo relacionamento fotografa a gente no estágio anterior, aí você começa a mudar, e vem a crítica: "Mas você era assim, agora é assado, não tem coerência". Temos de aprender a abrir mão da coerência. Tem um ditado maravilhoso: "Prefiro estar certo a ser coerente". Ser coerente significa continuar pensando como você pensava, portanto, não vai aprender, não vai mudar. Um ser vivo é definido pela aprendizagem, pela capacidade de mudar, de evoluir. Então, preferir estar certo a ser coerente é uma providência libertadora. É importante esse aspecto da contradição no processo de transição — se não tivermos um olhar na linha do tempo e da evolução, seremos injustos e, possivelmente, as pessoas que gostariam de ver um mundo melhor estarão impedindo que este mundo mude.

22: Mas há também quem quer ganhar dinheiro. A *Newsweek* diz "Go Green, Get Rich".

RG: A Eco-92 fez o contrato da ecoeficiência, que é eliminar os efeitos nocivos dos processos tradicionais. William McDonough (*autor de Cradle to Cradle*) falou o seguinte: não vou fazer só um livro que não tenha os efeitos nocivos, vou fazer um livro melhor do que jamais foi feito, com vantagens que nenhum outro tem. Fez um livro com o qual você pode tomar banho, ler na sauna, pegar com a mão molhada. É um livro de resina, totalmente reciclável, não prejudica o meio ambiente, com uma vantagem que nunca teve. Isso se chama reinventar.

Não é ecoeficiência, é ecoefetividade. Olhar para a sustentabilidade como inspiração gera inovação. É isso que vai gerar quem são as pessoas que vão ficar ricas.

22: De repente parece haver uma onda verde, todos preocupados com o meio ambiente, a sustentabilidade, procurando a grande idéia.

RG: Sem inovação só tem má notícia, só tem "não".

22: Como separar o joio do trigo? Não faltam empresas que se dizem sustentáveis...

RG: O Fábio Barbosa (*presidente do Banco Real*) diz que as primeiras mudanças são por convicção, o segundo processo é por conveniência. Se você tem convicção, sai na frente, aposta em uma coisa que para a maioria ainda não existe. Você faz um investimento, mesmo que não tenha fundamentos ainda concretos. Aí a coisa acontece. Seus concorrentes pensam: o cara foi e deu certo. Eles vão sem convicção, mas por conveniência. Até porque o marketing acaba dando o mesmo discurso para todo mundo. O povo quer que uma empresa seja percebida dessa maneira, aí todo mundo faz um discurso conforme a expectativa do mercado. Você não pratica nada, só tem o discurso. Só que de repente tem de praticar para entregar o que o discurso falou, senão a empresa está em risco. A Vale é isso, tem uma série de compromissos colocados no site, nos relatórios, mas ainda não consegue praticar. O capítulo dois da história é ter de entregar isso.

22: O momento é de embarcar no discurso?

RG: É preciso olhar para o processo como um todo, e as etapas de mudança. Os primeiros são os *seers*, aqueles que vêem o que os outros não vêem. Depois tem os *deliverers*, que não vêem, mas acreditam no que aquele cara viu. E os terceiros são os que não viram, não acreditam, mas vêem um bando indo naquela direção e dizem: "Também vou". São os *followers*. Todo processo de mudança é assim, você não vai conseguir que todos atinjam o mesmo estágio de consciência ao mesmo tempo. Dependendo do setor, do comportamento, da sociedade, alguns vêem coisas que os outros não vêem. O importante é que a direção é aquela e está todo mundo, de um jeito ou de outro, indo naquela direção. Pouco importa, do ponto de vista do processo da instalação da sustentabilidade, se a empresa foi por convicção ou por conveniência, desde que implante processos que de fato não tenham efeitos nocivos e proponha um novo estilo de vida. Agora, quem vai trazer soluções inovadoras, arrojadas, são os que têm convicção, eles têm mais inspiração do que os que vão por conveniência.

22: A engenhosidade humana e a tecnologia dar

conta de desafios como a mudança climática?

RG: O desafio da humanidade não está na tecnologia, está na expansão da consciência. Não está no poder que temos sobre a natureza, mas na maneira como usamos esse poder. O grande salto que vamos ter que dar é sair da valorização da independência, que resultou na valorização da soberania nacional, para valorizar a interdependência, que vai fazer com que vivamos uma época mais sensata. Vamos ter de transcender os aspectos políticos em nome de um gerenciamento mais inteligente dos ativos compartilhados do planeta. São dois níveis de pressão fortíssimos que estamos vivendo. De baixo, os limites dos recursos naturais e a pressão para que sejam gerenciados com mais inteligência e conhecimento. Do outro lado, uma rede mundial de computadores, a internet, criando conectividade, comunidades. No meio desses dois universos — um físico e outro abstrato — estão a política, os contratos, que são a herança da sociedade industrial, do loteamento de que o planeta foi objeto. O mundo vive o encontro dos limites dos recursos naturais, na base, com

O desafio não está na tecnologia, mas na expansão da consciência, em como usar o poder sobre a natureza

a conectividade, a velocidade, indivíduos pressionando as instituições a serem revistas, reconstruídas com outro padrão, outros fundamentos.

22: Os recursos naturais apresentam um limite para a produção e o consumo. Como tirar o consumo do centro das atenções da sociedade quando milhões de pessoas aspiram consumir?

RG: Podemos sintetizar essa transição em uma palavra: amadurecimento. Nós, a humanidade, vamos ter de amadurecer, ficar mais bem informados, mais inteligentes, e com uma consciência expandida. Vamos deixar de ser consumidores para ser usuários. Essa coisa da quantidade, desse automatismo, dessa impulsividade, meio juvenil, de não pensar no dia de amanhã... isso é uma sociedade que está acabando. É o *cradle to cradle*: não dou fim àquele produto, dou um uso e, depois que parar de usar, o que sobrou é o berço de outro produto. Então sou responsável pela cadeia. Sentir-se pertencendo a um sistema dá a sensação da interdependência, que é o amadurecimento. A gente sai da mentalidade infantil da dependência, que alimenta o sonho da independência.

Mas, depois da independência, dizem as pessoas com essa mentalidade antiga, a gente volta para a dependência — a gente fica velho, dependendo dos outros. Não existe o reconhecimento da interdependência como estado de evolução a partir da independência. Esse vai ser o aprendizado: sentir-se como parte de uma rede de relacionamento que te dá suporte.

22: Essa visão tem um aspecto muito social.

RG: Eu diria mais, um aspecto de organismo vivo. Quando a gente fala de social, pensa no ser humano e na sociedade. Quando se fala de um sistema vivo, fala do planeta e da humanidade dentro do planeta. E esse conjunto — humanidade mais planeta — é uma coisa só. Dissociar o homem do natural foi nosso grande erro, nossa grande ignorância. As análises que olham para o social ainda são datadas do ponto de vista de compreender a complexidade dos desafios que enfrentamos. A questão não é apenas social, é de modelo mental da compreensão do que é vida nesse planeta.

22: A propaganda o levou a essa reflexão?

RG: Sempre tive um conceito muito simples: Comunicação é exercício de identidade. Sempre me apoiiei na natureza, na biologia, para entender a vida. Por definição, um organismo vivo está comunicando. Ele se comunica trocando, uma identidade que troca com outra. Não tem por que não ser assim no social. Quando comecei a trabalhar em propaganda, vi que se construía uma imagem diferente da identidade, de acordo com o que o mercado queria. E a empresa não era nada daquilo. Isso é um problema, a empresa está em risco. Naquela época, começo dos anos 80, isso era verdade para mim, mas não era importante para o mercado — era possível manipular a imagem a despeito da realidade da empresa. Mas a sociedade passou a ter a transparência como característica do cenário, não mais como uma opção. O mercado começou a valorizar a identidade como fator fundamental para a construção da imagem. Eu fazia há muito tempo o trabalho da identidade. A publicidade trabalhada a partir da identidade criou a metodologia do *branding*, que é construir o valor da marca a partir da identidade, cultivando esses relacionamentos todos. ■

Brazilian WAY-OF-LIFE

O BRASILEIRO JÁ SE DÁ CONTA DA CRISE AMBIENTAL QUE O CERCA, MAS A MAIORIA MUDA POUCO SEU MODO DE AGIR, INFLUENCIADA POR UMA MÍDIA QUE ESTIMULA O CONSUMISMO E NÃO QUESTIONA AS FORÇAS E CULTURAS INSTITUÍDAS

✦ POR AMÁLIA SAFATLE
FOTOS BRUNO BERNARDI

Alianças de fibra de coco selaram o “primeiro casamento sustentável do mundo”, segundo *press releases*. Cinco assessorias de imprensa trabalharam para que a cerimônia, no dia 8 de abril, em São Paulo, se transformasse em um acontecimento midiático.

A notícia era, de fato, saborosa pela originalidade. Um casamento com o menor impacto socioambiental possível: vestido de noiva de garrafa pet reciclada, tiara para o cabelo confeccionada por presidiárias, pratinhos e copos biodegradáveis, cabelo e maquiagem feitos por jovens assistidos por um projeto social, metrô e triciclo substituindo a tradicional limusine, emissões de carbono neutralizadas pelo plantio de árvores. E o evento, no Parque do Trianon, parecia ter mais jornalistas e fotógrafos do que convidados das famílias.

Disse a noiva, Sabrina Campos, que o intuito era mostrar ao filho de 5 anos que é possível viver de forma diferente, “sem maltratar o planeta”. A atitude louvável de Sabrina ficou registrada – vai virar até documentário –, mas, com a chuvarada que caiu no dia do casamento, o que se viu foi um batalhão de jornalistas e curiosos com capas de plástico que eram distribuídas gratuitamente no local.

O MARACATU EMBALOU o “primeiro casamento sustentável do mundo”, em São Paulo. Sob a chuva, capas de plástico eram distribuídas ao público



NÃO DEVE CHEGAR A 0,01% O NÚMERO DE CONSUMIDORES CONSCIENTES À RISCA. MAS 5% ADOTAM MEDIDAS RESPONSÁVEIS

Curiosidades como essa fazem o tema ambiental se disseminar pelos canais de comunicação. Na outra ponta, uma cobertura jornalística tem tratado a questão de forma apocalíptica. No Rio de Janeiro, psicólogos têm alertado para o sentimento de medo nas crianças em relação ao aquecimento global e à falta d'água, conforme reportagem publicada em *O Estado de S. Paulo*.

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas chegou a preparar livros paradidáticos orientando os professores a não passar uma visão catastrófica para os estudantes, pois as novas gerações terão muito a fazer para enfrentar a crise e não podem ficar paralisadas pelo temor (*leia mais sobre Ecoansiedade na Coluna desta edição*).

De forma festiva ou apocalíptica, a tal crise está no noticiário, nas escolas, nos comentários do motorista de táxi, no bate-papo das madames no clube e no dos contínuos na fila do banco. O brasileiro tem sentido na pele o calor fora do normal e as intempéries climáticas

— e já faz uma mínima ligação entre esse desconforto e o aquecimento global. Nas ruas e favelas, a falta d'água, o esgoto a céu aberto, as enchentes e os deslizamentos estabelecem a conexão direta entre as condições da natureza e o dia-a-dia do cidadão, ainda que ele não chame isso de “meio ambiente”.

Mas, a partir dessa constatação, o que o brasileiro tem praticado no seu dia-a-dia? Será que enxerga as relações de causa e efeito em suas práticas de consumo?

Para Hélio Mattar, diretor-presidente do Instituto Akatu, não deve chegar a 0,01 o percentual de brasileiros que são consumidores conscientes à risca. Mas chega a 5% a fatia da população que adota um conjunto significativo de hábitos amigáveis ao ambiente, ainda que muitos deles possam ter motivações puramente econômicas, do tipo desligar a luz em ambientes desocupados ou usar os dois lados de uma folha de papel. É o que mostrou recente pesquisa do instituto, realizada pela Market Analysis.

◀ FÁTIMA, ENTRE A ALEGRIA E O DESENCANTO “O MUNDO VAI SÓ PIORAR. POR ISSO QUERO QUE MEUS FILHOS TENHAM O MELHOR HOJE”, DIZ

Fátima Pereira da Silva já passou fome. Hoje se desdobra para ganhar dinheiro e proporcionar o máximo de conforto a sua família. A diarista de 29 anos, nascida em Ilhéus, na Bahia, é casada, tem dois filhos pequenos e mora em Carapicuíba, na Grande São Paulo. Está estudando radiologia e quer vencer na vida. Ela e seu marido já compraram uma casa, um carro, e estão pagando por um sítio no interior. Sempre que pode, procura dar o melhor para os filhos, em roupas, sapatos e alimentos. “Eles adoram Danone, bolacha, coxinha”, diz. Também sonha que façam faculdade.

Sua casa hoje é equipada com microondas, freezer, cafeteira elétrica, forno elétrico, liquidificador, batedeira, secador de cabelo, modelador, prancha... “Eu gasto luz mesmo, porque tenho muitos equipamentos. Minha conta é de 105, 110 reais”, diz ela.

Pela água, paga cerca de R\$ 50, valor que não é mais alto “porque tem uma gambiarra, que já tinha quando compramos a casa”, confessa. Ela explica que isso é comum na vizinhança, o pessoal coloca um tipo de anel que diminui a contagem no marcador. “Com isso, aproveitam para gastar mais.”

Fátima admite que usa bastante água, porque precisa lavar a calçada duas vezes por semana e o quintal todos os dias, pois o cachorro suja. “Sei que tá tudo difícil, tá tendo doença em Osasco por causa da poluição do rio (*sua primeira reação foi passar a comprar água mineral engarrafada*), e que falam

na TV para economizar. Mas é o hábito, sabe?”

Além do hábito, tem a questão da praticidade. “Com o balde eu gastaria menos, mas, como minha vida é muito corrida, uso a mangueira mesmo.” Fátima sabe que, além da poluição e da escassez de água, tem o problema das enchentes, “porque as pessoas jogam lixo na rua e nos córregos”. E que o aquecimento global acontece “porque tem desmatamento e poluição pelos carros e pelas fábricas”.

Na hora de ela própria economizar recursos e reutilizar materiais, o dia-a-dia apressado e os hábitos já arraigados falam mais alto. “Eu jogo muita coisa no lixo. Não reaproveito nada, não. E não reciclo, lá em Carapicuíba não tem reciclagem organizada. Também acabo jogando muita comida fora”, conta.

— Mas nessas horas você não pensa nos filhos e nas próximas gerações? — pergunta a reportagem.

— Agora você me pegou! Eu sei que faço essas coisas “erradas”, mas penso no futuro deles, sim.

Ao mesmo tempo que demonstra aquela disposição em melhorar de vida, Fátima mostra todo um desencanto. “O ser humano é muito nojento. Não tem jeito, não, o mundo vai só piorar. A diferença social, a humilhação dos mais pobres pelos mais ricos, o governo cínico, isso tudo faz a gente perder a esperança de mudar”, lamenta-se, mas com um sorriso no rosto. “Por isso quero que os meus filhos tenham o melhor hoje.”

“
Sei que tá
tudo difícil,
que falam na tevê
para economizar
(água), mas é
o hábito, né?”

LIQUE E OS R\$ 5 MIL EM CINCO MINUTOS ▶▶

QUANDO O CLIENTE ENTRA NA LOJA E GASTA ESSE VALOR, ELE FICA "MEXIDO". GOSTARIA DE FAZER IGUAL

Carlos Henrique Soares Honório, o Lique, nascido e criado em Campos do Jordão (SP), trabalha em uma loja multimarca de roupas a poucos metros do mais disputado *point* da cidade, o Baden Baden, que "ferve" na temporada de inverno, apinhado de patricinhas, mauricinhos e celebridades da gema paulistana. Ali ao lado, o Pastel do Maluf ostenta na porta de entrada fotos com o político sorridente. São lugares freqüentados por uma moçada bem cuidada e produzida, vestida com as melhores grifes, que sobe a Serra da Mantiqueira para ver e ser vista.

Lique, de 24 anos, mora no bairro popular do Britador e teve de aprender a lidar com um público de origem muito diferente da sua. "Procuro ficar sempre inteirado sobre tudo, ler jornais, revistas. Puxo conversa com alguns, com outros percebo que tenho de ficar no meu lugar." Ele conta que alguns clientes o tratam bem. Outros fazem "descer a loja" e saem sem dizer um obrigado.

"Mas aqui, além do salário e da comissão, tenho a oportunidade de me relacionar com essas pessoas que vêm de fora", avalia. Seu plano é um dia sair de Campos, pois a cidade não oferece muitas condições para quem quer subir na vida. "É

uma cidade-Lego. Na temporada, monta-se toda uma estrutura. Fora da temporada, desmonta-se tudo e fica fantasma", conta ele.

Batalhador desde os 13 anos, Lique pretende estudar publicidade. Um de seus irmãos quer ser *web designer*. A mãe deles veio há muitos anos do Rio de Janeiro em busca de trabalho e chegaram a morar em sete pessoas numa casa de dois cômodos. Como diz o Lique, ela "ralou" bastante para criar todos de forma digna, ensinando a estudar e a ganhar a vida honestamente.

Com essa história de vida, quando ele vê um cliente entrar na loja e gastar R\$ 5 mil em menos de cinco minutos, sem nem mesmo pedir desconto, fica "mexido". Mas confessa: "Um dia quero fazer isso. É bom para a auto-estima. Por ter contato com essas pessoas, vejo que isso é possível para mim também. Por que não?"

Lique define-se como bem consumista, adora comprar roupas e tênis: "Cheguei a deixar meu salário inteiro na loja. Vendo as pessoas se vestir bem, você também quer".

A pesquisa diagnosticou que o brasileiro está em transição entre as duas primeiras fases de um processo evolutivo, que o estudo convencionou dividir em cinco etapas.

Na primeira etapa, o público tem um primeiro contato com o tema e ainda é muito influenciado pela forma como a mídia o divulga. Assim, economiza água e recicla o lixo porque algumas campanhas incentivam, mas, sem o estímulo, volta aos hábitos originais. Na segunda fase, o público se familiariza com o assunto e começa a se identificar com preferências e orientações, mas ainda há uma distância entre os valores ambientais que defende e o que pratica. Nas três demais etapas, o fenômeno vai se consolidando e as pessoas adotam posturas conscientes e coerentes com os valores em que acreditam.

Fabián Echegaray, responsável pela pesquisa na Market Analysis, usou no estudo sistemas de valores e crenças que compõem os diversos perfis do brasileiro. Um deles é o ambientalismo, em que se prioriza a defesa do ambiente e o reequilíbrio entre natureza e intervenção humana. Outro é o materialismo, em que se enfatiza a acumulação incessante de bens materiais e a busca de autoproteção, por meio do acesso a alimentos,

saúde e segurança. Já no pós-materialismo, busca-se o sentimento de pertença social, a realização pessoal e o reconhecimento individual. A simplicidade voluntária vai além: persegue o bem-estar por meio da vida simples, anti-hedonista, antimaterialista e auto-suficiente.

TRAÇOS MISTURADOS

Segundo Echegaray, de modo geral o brasileiro aspira a simplicidade, mas sua realidade ainda é orientada pelos valores materialistas e pela idéia de que a identidade se forma pela posse de bens.

Assim como a maioria da população brasileira, os personagens entrevistados nesta reportagem apresentam um *mix* desses sistemas de valores, mas em cada caso há traços mais nítidos que outros. Nos modos de vida e nas visões de mundo de Fátima (página 19) e de Lique (acima), por exemplo, o materialismo e o pós-materialismo são perceptíveis. Hiroshi (página 23) mostra-se um ambientalista com motivações espirituais, enquanto Karin (página 24) e Maria (página 26) adotam a simplicidade voluntária — ainda que Maria viva restrições materiais.

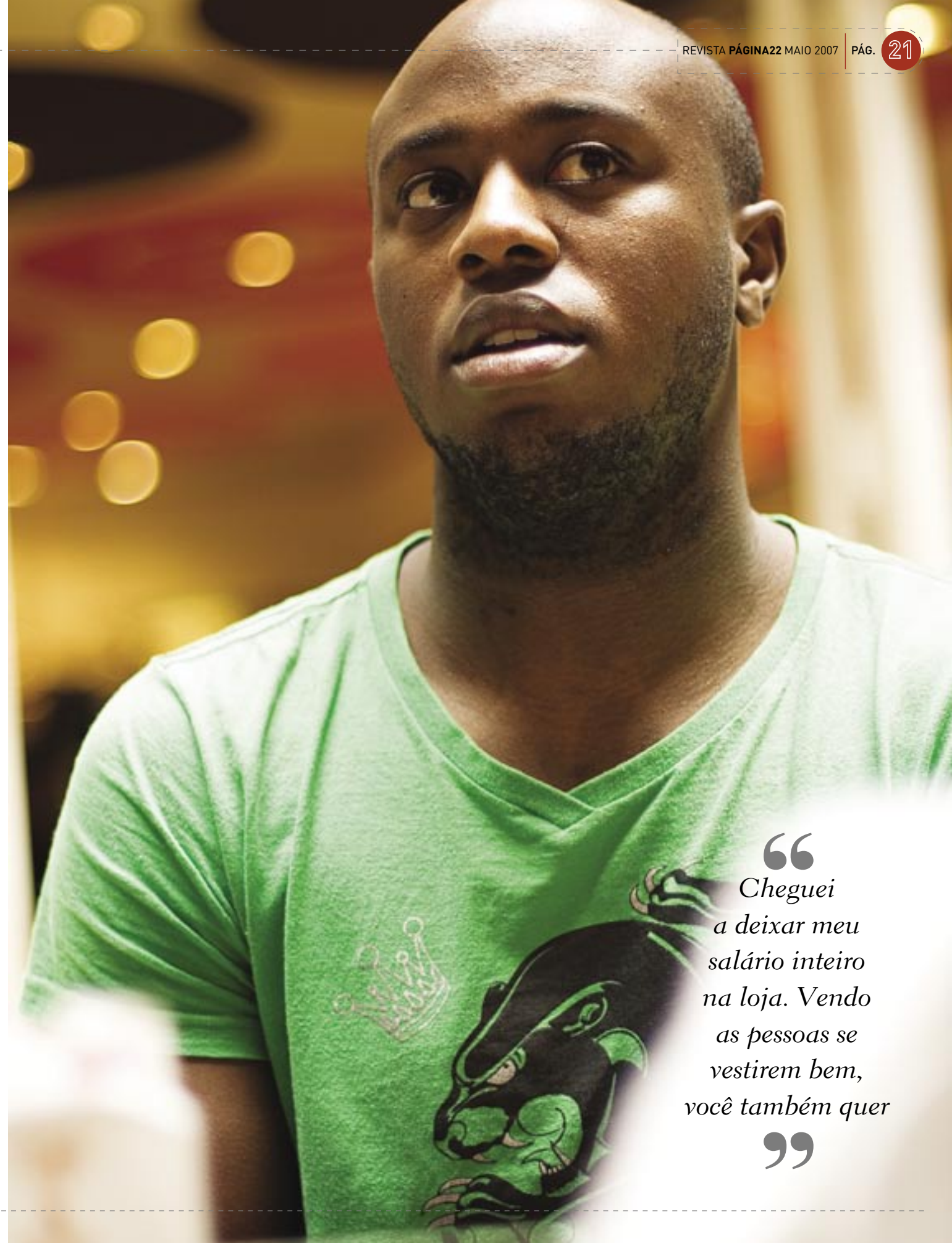
Mattar, do Akatu, reconhece que na pesquisa, em-



CRENÇAS E VALORES

Materialismo, pós-materialismo, simplicidade voluntária e ambientalismo são alguns dos traços que compõem o perfil da população, segundo estudo da Market Analysis

O BRASILEIRO ASPIRA A SIMPLICIDADE, MAS ORIENTA SUA REALIDADE PELA IDÉIA DE QUE A IDENTIDADE SE FORMA PELA POSSE DE BENS MATERIAIS



“Cheguei a deixar meu salário inteiro na loja. Vendo as pessoas se vestirem bem, você também quer”

“
Diante do
novo momento do
planeta, queremos
criar uma outra
inteligência para
desencadear
processos de
mudança
”



MESMO QUE AS PESSOAS NÃO PRATIQUEM, APLAUDEM O "BOM COMPORTAMENTO", O QUE JÁ É UM INDICADOR DE EVOLUÇÃO

bora feita de modo a cruzar as informações e detectar incoerências, as pessoas tendem a responder que são mais conscientes do que na realidade. “Só isso é um indicador de evolução de consciência”, argumenta, pois mostra que as pessoas, mesmo que não pratiquem, aplaudem o “bom” comportamento.

FOI MAL

A reportagem visitou várias comunidades no site de relacionamento Orkut – há centenas delas – como “Consumistas mesmo”, “Consumistas forever”, “Dinheiro traz felicidade, sim”, “Ainda compro uma Ferrari”, e pediu entrevistas sobre comportamento e consumo, mas ninguém quis se pronunciar. A reportagem também flagrou alguns desperdícios. Em Artur Nogueira, interior de São Paulo, uma senhora que diariamente “varre” as folhas da calçada com a mangueira – a prática é uma espécie de “esporte municipal” –, informada de que se estava apurando uma matéria sobre consumo de água, afirmou rapidamente que “não queria saber nada disso”.

Em Cotia (SP), uma sorveteria por quilo com o simpático nome de Sabiá mantém, há anos, a água de meia dúzia de torneiras escorrendo sobre os pegadores de sorvete. Há cerca de dez anos, um cliente interpelou

a proprietária, que afirmou: “Minha água é de poço, uso quanto quiser. E a Sabesp desperdiça muito também”. Interpelada no fim de abril, a dona disse que não podia manter as colheres de sorvete sujas e que não tinha tempo para entrevista. Limitou-se a dizer que instalou sensores que acionam as torneiras. Mas como o movimento é intenso, as torneiras são acionadas permanentemente.

Se hoje esses comportamentos “pegam mal” e começam a ser motivo de vergonha, o discurso do desenvolvimento sustentável tem sido cada vez mais incorporado pelas pessoas e empresas.

Para entender o que há por trás do discurso do desenvolvimento sustentável, Eda Tassara, coordenadora do Departamento de Psicologia Social na faculdade de Psicologia da USP, divide o comportamento da sociedade em relação ao meio ambiente em dois tipos básicos. Um faz a crítica do desenvolvimento e tenta modificar seus processos. O outro não faz a crítica, apenas busca aperfeiçoá-lo e busca tecnologias que tomem os produtos menos impactantes, tornando-o “sustentável”.

CONTRADIÇÃO EM TERMOS

Para o professor do curso de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (USP

◀ HIROSHI E A NATUREZA ONDE NADA SE PERDE A 80 QUILOMETROS DE SÃO PAULO, O ENGENHEIRO AGRÔNOMO COORDENA A FORMAÇÃO DE UMA ECOVILA

O engenheiro agrônomo Édson Hiroshi não descarta nenhuma garrafa pet. Elas são muito úteis em Piracaia, cidade a 80 quilômetros de São Paulo, onde servem como recipientes para a urina, que é um ótimo fertilizante do solo.

Hiroshi, com 52 anos, coordena a formação de uma ecovila na zona rural de Piracaia, onde tem reunido pessoas interessadas em formar uma comunidade sustentável. A estimativa é que cerca de 500 pessoas passem a morar lá. “Médicos, engenheiros, mecânicos... buscamos uma biodiversidade humana, reunindo as suas diversas competências”, diz. Uma participação ativa nessa empreitada é a de seu Maurício, mestre-de-obras que foi objeto da seção *Perfil* publicada na edição 7 de PÁGINA 22.

Budista e seguidor de São Francisco, Hiroshi explica que, diante “desse novo momento do planeta”, está buscando com o projeto criar uma inteligência para desencadear processos de mudança de comportamento. “O que estamos fazendo ali é agir localmente”, diz, em referência ao mantra ambiental

“Pense globalmente, aja localmente”.

Hiroshi e sua mulher, Sandra, adquiriram uma área na região, antes ocupada por pastagens, e a dividiram em 95 lotes, que podem ser comprados por quem quiser viver o dia-a-dia segundo a Agenda 21, documento assinado por diversos países na Eco-92 e que contempla os temas água, habitação, energia, agricultura, participação social e parcerias. Alguns estão construindo as casas com as próprias mãos, e com material carregado por carros de boi.

Trata-se de um modelo construtivo que busca o menor impacto ambiental e social possível. As casas, por exemplo, não terão fossas sépticas, que poderiam contaminar o lençol freático. Os resíduos seguirão por um sistema de drenagem com varas de bambu no subsolo superficial, e absorvidos naturalmente pelas raízes das plantas, fungos, bactérias e minhocas do solo. Hiroshi já mora lá, em uma construção de pau-a-pique, enquanto Sandra, que é advogada e cuidou da regularização da ecovila, prepara sua mudança – de vida.

DUAS LINHAS GUIAM A SOCIEDADE DIANTE DO MEIO AMBIENTE: UMA FAZ A CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO, A OUTRA TENTA APENAS APERFEIÇOÁ-LO

Zona Leste), Sergio Pacca, termos como “consumo sustentável” e “desenvolvimento sustentável” caem em contradição. “A sustentabilidade é uma questão simples que remete para a taxa de uso do recurso e o estoque disponível, e para a capacidade do ambiente de assimilar a poluição. Existem fatores tecnológicos, regulatórios e econômicos que afetam a sustentabilidade, mas não podemos fazer mágica!”, diz.

Segundo Eda, esse tipo de visão compartilhada por Pacca é contra-hegemônica: crítica a valorização do

consumo e do sistema competitivo. Entretanto, seus atores não estão organizados o suficiente para transformar o sistema. “Essas forças emergentes não constituíram hegemonia, mas podem vir a constituir um dia, porque nenhuma força dominante consegue se segurar para sempre, à medida que os espaços de locução propostos por (Jürgen) Habermas (filósofo alemão) se tornem democráticos”, diz. Para isso, é preciso uma imprensa independente, que não se curve aos interesses hegemônicos e se coloque como esse espaço livre.

Desde o boom dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), tem sido freqüente a publicação de revistas e jornais abordando os negócios verdes e as corporações verdes, em edições verdes – o verde servindo apenas como adjetivo de um processo que raramente ou nunca foi questionado por esses mesmos veículos. É dessa forma que o conceito de sustentabilidade tem chegado ao cidadão e ao consumidor: como adjetivação, e não de forma substantiva.

Uma discussão que envolve a neutralização de carbono é exatamente esta: levará ao questionamento de processos ou apenas reforçará o atual *modus operandi* do sistema hegemônico citado por Eda? (leia a continuidade



FREGUÊS DO SISTEMA

“Necessidades” de consumo foram construídas para alimentar a nascente indústria nos EUA. Exemplo: houve todo um trabalho para “educar” o freguês a comprar aveia Oetker em caixas, e não mais a granel

desse debate em Artigo nesta edição)

A Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), que reúne grandes corporações, neste ano escolheu a sustentabilidade como tema na homenagem ao Dia do Consumidor, 15 de março, e elegeu o tema “Consumo Responsável” como mote de sua campanha.

“É um assunto que veio muito à tona. Uma oportunidade que veio a calhar”, diz Sílvia Pereira, presidente do comitê de atendimento ao consumidor da ABA. Segundo ela, não se trata de modismo. “O discurso da sustentabilidade que fica só na fachada não se mantém no tempo. Tem que falar e praticar”, afirma.

Isleide Fontenelle, professora da FGV e especialista em marketing, contata que as empresas têm buscado se alinhar ao tema da sustentabilidade, mas isso ainda estaria restrito ao campo da imagem, não da ação.

Autora do livro *O Nome da Marca: McDonald's, Fetichismo e Cultura Descartável*, cita o exemplo da rede de lanchonetes que na década de 80 foi atacada por ambientalistas por usar embalagens de polipropileno. Em resposta, a empresa lançou as embalagens em papel e buscou uma autopromoção nisso.

“Foi um comportamento reativo que a empresa ‘vendeu’ como proativo. Muito do que o McDonald’s é hoje se deve ao uso dos descartáveis e ao fato de ter abolido tudo o que era lavável e reaproveitável”, diz.

CEREAIS GOELA ABAIXO

Para Eda Tassara, “a grande luta hoje é pela construção da democracia na vida social, que aumenta a probabilidade de as pessoas perceberem os fundamentos do seu próprio comportamento e começar a escolher por conta própria”.

Nessa linha, Isleide cita a historiadora Susan Strasser para mostrar que muitas escolhas não partem do cidadão, e sim de um sistema econômico que se formou no último século. “O consumo foi construído”, diz Isleide. Para dar as bases à nascente indústria americana, Susan relata que foi preciso “educar” o cidadão a comprar, por exemplo, a aveia Oetker em caixas, e não mais a granel, como sempre comprava. “Criou-se também a ‘necessidade’ de consumir cereais toda manhã”, conta Isleide.

O mesmo se deu com as roupas, que antes eram feitas à máquina e movimentavam uma economia local e descentralizada, formada por costureiras e alfaiates. Houve todo um trabalho de marketing, com anúncios publicitários, para atingir principalmente o jovem, mostrando que o moderno era usar roupas industrializadas.

“O consumidor foi inventado, produzido”, diz Isleide. Por isso é tão complicado modificar uma estrutura econômica que levou tanto tempo para ser construída

KARIN E A BUSCA DA ESSÊNCIA

POR DENTRO DO INVÓLUCRO: “A TEVÊ MOSTRA NECESSIDADES DE CONSUMO QUE SÃO ILUSÓRIAS”, DIZ

Assim que sai pela porta do supermercado onde faz compras, Karin Leopold retira os produtos da sacola de vime – que leva para substituir os saquinhos plásticos –, separa as embalagens que não vai usar e já as deposita nos contêineres de reciclagem que ficam no estacionamento da loja. A caixinha da pasta de dente é uma delas. “Não caiu a ficha para a indústria e os consumidores que se usa muita embalagem desnecessária”, diz.

Para Karin, a falta de consciência reside no fato de que as pessoas em geral não sabem de onde os produtos vêm nem para onde vão depois de usados. Com isso, não refletem sobre todo o impacto que causam.

“Deveria haver mais campanhas; ensinar essas coisas na escola”, diz a secretária que estuda Pedagogia pela linha Waldorf. “No supermercado falo alto que não vou usar a sacola plástica por questões ambientais, para as pessoas ouvirem. Tento influenciá-las, mas não quero ser chata”, afirma.

Karin mora sozinha, não tem filhos, diz que consome o mínimo necessário e privilegia produtos ambientalmente corretos, como os orgânicos. Nas compras, usa como critério de escolha a durabilidade dos produtos – preocupada em poupar dinheiro e reduzir sua “pegada ecológica”.

Descendente de alemães, conta que o pai passou dificuldades na Segunda Guerra e em casa todos aprenderam a combater o desperdício. E as tentações que chegam através da publicidade? “Assisto pouco à tevê. Ela mostra necessidades de consumo que são ilusórias. Quanto menos ver, melhor.”

Karin, que já trabalhou em multinacionais do ramo automobilístico, diz que o novo emprego fez com que buscasse mais coerência entre o que pensa e como age. Hoje trabalha na Atina Ativos Naturais, que extrai óleo para a indústria de cosméticos a partir do manejo sustentável da árvore candeia. Uma dessas atitudes foi deixar mais vezes o carro em casa e ir ao trabalho de metrô.

Na Atina, as divisórias e estantes feitas de embalagem longa-vida reciclada e as portas de elevador reutilizadas têm tudo a ver com Karin. Mas não é só isso. “Aqui se valoriza o trabalhador comum. Não existe aquela mentalidade competitiva segundo a qual só os líderes são importantes.”

Uma mostra de que a economia e as relações de trabalho podem se dar de forma mais orgânica.



A ECONOMIA DE MARIA E O CONSUMO CONSCIENTE NO JARDIM HORIZONTE AZUL

“Quando acendo uma luz, apago outra. Só assisto televisão com tudo apagado. E desligo a geladeira à noite”, conta Maria Ferreira de Souza, ao explicar como consegue pagar tão pouco na conta da Eletropaulo. Maria, que mora apenas com seus gatos e uma cachorra, paga R\$ 16 a cada dois meses. “Meu consumo é tão baixo que a conta vem mês sim, mês não.”

Com 67 anos, Maria trabalha como diarista e mora no Jardim Horizonte Azul, bairro na periferia de São Paulo próximo à Represa do Guarapiranga. A represa garante o abastecimento praticamente ininterrupto dos bairros abastados da cidade, mas quem mora perto daquela imensidão de água sofre com a falta dela. “Há quatro dias não chega água lá. E, quando chega, o pessoal se esbalda, em vez de economizar”, diz Maria.

Ela se garante com a caixa-d’água de 500 litros, mas nem por isso deixou de inventar um jeito de gastar menos. Quando chove, uma corredeira desce do morro e passa nos fundos de sua casa por uma valeta. Pronto: Maria fez um esquema para captar essa água da chuva e armazená-la num tambor. Com o balde, tira a água para lavar o quintal e dar banho na cachorra. Agora fará uma caixa-d’água com encanamento separado, só para esse fim.

“Economizo porque é importante”, diz. Ela conta que aprendeu isso com os antepassados, que vieram como escravos de Moçambique e se estabeleceram em Minas Gerais, plantando café. “Na África eles tinham uma vida muito sofrida. E na roça a gente aprende a não desperdiçar nada.”

Maria não joga comida fora. Com o bom tempero mineiro, os restos de um prato ela transforma em outro. Do óleo usado na cozinha, ela mesma faz sabão para lavar a louça e as roupas. O

lixo reciclável ela doa para uma senhora, que vende o material. E prefere consumir verduras orgânicas, compradas a um preço acessível dos padres que plantam e mantêm um reformatório na vizinhança. “Como orgânico porque é mais gostoso.”

Ela afirma que o problema lá é o PCC. “Dia desses, roubaram um caminhão e estavam vendendo Danone baratinho, para juntar dinheiro e tirar o chefe deles da cadeia. A gente, que sabe da história, não comprou. Mas quem não sabe aproveitou.” No Jardim Horizonte Azul, o consumo consciente é “mais embaixo”.

JORGE NOVAIS



— e culmina, nos EUA, em uma sociedade na qual 45% da venda de automóveis são os SUV, os esportivos beberrões, que sintetizam o *way-of-life* aspirado por países como o Brasil. Mesmo minimamente informado sobre o aquecimento global e as altas emissões de carbono do carro, o comprador de um SUV diz que está buscando segurança contra acidentes, perigos e imprevistos das ruas. Parece sempre haver um argumento de plantão para alimentar as vendas.

Para o ex-deputado federal Fabio Feldmann, os ambientalistas precisam usar as mesmas armas do marketing para conquistar seus objetivos. “O comportamento e o consumo são ao mesmo tempo a raiz do problema e da solução”, diz. “É preciso mostrar, por exemplo, que o desejável é ter um carro eficiente, mais limpo, e não um carrão”, defende.

Assim, diz Mattar, o consumo consciente — que para

OS AMBIENTALISTAS PRECISAM USAR AS MESMAS ARMAS DO MARKETING PARA ATINGIR SEUS OBJETIVOS, DEFENDE FABIO FELDMANN

Isleide é um paradoxo, pois o marketing é alimentado pelo inconsciente, pela emoção e subjetividade, não pela consciência — usaria o mesmo arsenal do marketing tradicional. Faria com que o consumidor se emocionasse com a temática socioambiental, influenciando seu comportamento.

A humanidade, durante milênios, desenvolveu uma cultura que a agora a coloca em xeque, diante de uma natureza que hoje claramente mostra seus limites. Mais que alterações de comportamento, será preciso criar uma novíssima cultura, desta vez não com objetivo de buscar a diferenciação, e sim a consonância com a natureza. ■



Boicote ao papel HIGIÊNICO

✦ POR REGINA SCHARF

Que se passa pela cabeça dos 122 milhões de americanos – 41% do total – que, segundo a última pesquisa Gallup, estariam “muito preocupados” com o aquecimento global? Ao que tudo indica, sua reação é na base do 8 ou 800.

Estariam nascendo duas tendências extremas de comportamento, segundo a mídia local.

A primeira delas é o surgimento dos chamados ecoansiosos, vítimas de um terror paralisante que transtorna o cotidiano. Com medo de furacões e inundações-monstro, eles já não dormem, perdem o apetite e sofrem palpitações.

Os ecoansiosos seriam cidadãos que declaram sentir um mal-estar extremo devido ao quadro climático. A auto-intitulada ecoterapeuta Linda Buzzell-Saltzman, de Los Angeles, fala em uma “desordem pós-traumática associada ao acesso a notícias”. Péssimas notícias, bem entendido.

Ela explica que ecoterapeutas são psicoterapeutas que lidam não apenas com relações humanas, mas também com as relações entre os seres humanos e a natureza. Seus tratamentos buscam uma reconexão com o mundo natural e baseiam-se em muitas caminhadas e jardinagem. Outra ecoterapeuta, Melissa Pickett, do Novo México, declarou à imprensa que recebe entre 40 e 80 ecoansiosos por mês, aos quais recomenda mudar seu estilo de vida e a carregar determinadas pedras, com propriedades energizantes.

Uma segunda tendência de comportamento apontada pelos jornais dos EUA é o surgimento de militantes

pró-impacto-zero, gente que se considera responsável pelo que ocorre no mundo e está mudando radicalmente seu modo de vida para tentar adiar o Armagedon. Um dos primeiros a capitalizar essa tendência foi o Discovery Channel, que acaba de anunciar que pretende lançar um canal a cabo inteiramente voltado para um modo de vida ambientalmente correto.

Os adeptos dessa corrente já têm até um guru – o escritor Colin Beavan. Junto com a esposa, Michelle, e a filha, de 2 anos, ele decidiu reduzir ao mínimo suas emissões de carbono e compensar o restante com voluntariado, doações e plantio de florestas, para que o balanço final seja nulo.

A família já descartou elevadores, carros e transportes públicos, eletrodomésticos, jornais, embalagens, papel higiênico. Os alimentos que formam sua dieta vegetariana têm de ser produzidos num raio de 400 quilômetros e precisam ser da estação. Qualquer objeto

adquirido deve ser de segunda mão. Todo o lixo tem de ser compostado.

Detalhe importante: os Beavan não são eremitas recolhidos numa fazenda remota. Eles vivem em Manhattan, bairro central de uma das cidades mais verticais e concentradas do planeta.

“Esse projeto é uma reação contra o meu eu anterior, cheio de boas intenções, mas lento nas ações”, declara em seu *website*, o No Impact Man, como Beavan gosta de ser chamado. Essa *mea-culpa* promete ser muito, muito rentável, graças ao tino comercial do homem sem impactos. Compre o livro e veja o filme muito em breve.

Ao longo de um ano, os Beavan pretendem adotar uma lista crescente de exclusões e substituições. Já na primeira semana, em novembro, a família percebeu que sua vida mudara para um ritmo muito mais calmo, graças às longas andanças e ao boicote à TV. Depois, começaram a descobrir novos talentos, como a produção caseira de pão, a compostagem dos restos da cozinha, a fabricação de vinagre com tocos de maçã. Os mais de 5 mil visitantes diários do *blog* passaram a trocar dicas sobre estratégias de sobrevivência de baixo impacto – onde achar um fio dental reciclável

ou um método anticoncepcional “do bem”.

Entretanto, a experiência não é sem percalços. Beavan foi abalroado por uma BMW quando tentava atravessar a ilha de bicicleta. Também foi insultado por garçons que não entendiam por que ele faz questão de usar seu próprio guardanapo de pano, que traz sempre no bolso.

O homem sem impacto também arrebanhou uma legião de detratores, sobretudo após aparecer no *New York Times* e em diversos programas de televisão. Para eles, Beavan é hipócrita, por não se mudar para o Harlem e plantar árvores com o dinheiro da venda de seu caríssimo apartamento. Dizem também que a experiência não tem nada de mais, já que centenas de milhões de africanos vivem do mesmo jeito. Reclamam que milhares de árvores serão sacrificadas para que o seu livro seja impresso. Ou, ainda, que o projeto cheira a mentira, pois Michelle dificilmente subiria a pé 40 andares para chegar ao seu trabalho, a redação da revista *BusinessWeek*.

Maldade dessa gente. A idéia de Colin é um refresco para quem cansou de ouvir as más notícias de braços cruzados. E, com certeza, é melhor do que curtir uma ecofossa.



REDEÇÃO OU HIPOCRISIA?

Os críticos do escritor-militante – cuja *mea-culpa* promete ser muito lucrativa – duvidam que Michelle, sua mulher, suba 40 andares a pé para chegar ao trabalho e lembrem os milhares de árvores que serão consumidas na produção de seu livro

COLIN BEAVAN, O "HOMEM SEM IMPACTO", PROPÕE ALTERNATIVAS PRÁTICAS À PARALISIA CAUSADA PELA ECOANSIEDADE



Benefícios da NEUTRALIZAÇÃO

■ ■ ■ POR FRANCISCO MACIEL

Há alguns anos pequenas empresas européias começaram a buscar maneiras de compensar emissões de gases de efeito estufa causadas, por exemplo, por viagens aéreas de seus funcionários e eventos que promoviam. A partir daí, projetos do gênero aumentaram em tamanho e número, e, há dois anos, uma ONG, a Iniciativa Verde, foi formada visando compensar emissões de corporações e grandes eventos através de restauro florestal de matas nativas em áreas degradadas de preservação permanente.

O novo preceito valia-se de metodologias aprovadas pela ONU e representava um vetor de combate ao principal responsável, no Brasil, pelo agravamento do efeito estufa, o desmatamento. Com esse mecanismo inédito, os projetos de neutralização de emissões têm ganhado muitos adeptos e alguns críticos. Experiências fantásticas às vezes confundem-se com atitudes de agentes financeiros que tentam apenas se valer de um momento de mídia. Num ambiente tão repleto de diversos tipos de adesões e proponentes, a principal dúvida diz respeito à efetividade dos projetos de neutralização de emissões e a sua significância cultural e comportamental.

A civilização tem passado por importantes mudanças de comportamento ao longo da história. Talvez as mais cruciais sejam derivadas de grandes crises — como pestes, guerras, perdas irreparáveis de capacidade de produção, *crashes* econômicos — ou de novos contextos, como a revolução do acesso a informação propiciada pela internet. Quando pensamos em fazer frente às mudanças climáticas, a alteração de comportamento poderá decorrer tanto de grandes catástrofes ou seus efeitos quanto do surgimento de oportunidades geradas pelo engajamento em tentativas de mitigação do problema.

A COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE CARBONO POR RESTAURO DE MATA NATIVA TEM UM EFEITO OBJETIVO E VÁRIOS OUTROS, INDIRETOS

Impõe-se, portanto, uma questão: quais são as iniciativas capazes de estabelecer um círculo virtuoso baseado em práticas redutoras de impactos ambientais e na indução de mudanças comportamentais?

Se “nós construímos a realidade que nos constrói”, como dizia Edgard Morin, temos de atentar para a existência dos ciclos comportamentais, virtuosos e viciosos, na sociedade contemporânea como balizadores dos nossos modos de vida, e também de nossa capacidade, como coletividade, de assimilar mudanças.

O mecanismo voluntário da compensação de emissões de gases de efeito estufa por restauro de mata nativa tem um resultado objetivo e uma série de outros, indiretos. Parte-se de um levantamento de emissões causadas por atividades industriais, coletivas ou individuais. Os métodos de cálculo devem ser públicos, disponíveis em diversos sítios da internet, inclusive o da ONU, e devem permitir a utilização de ferramentas de cálculo *freeware*, que podem ser baixadas por qualquer cidadão do mundo. Basta, para sua adoção correta, um mínimo de



familiaridade com conceitos de física e com a atividade a ser compensada. Os critérios para a determinação da mata nativa de compensação deveriam também seguir o mesmo princípio. Claro que a atividade de implementação de unidades de restauro é mais complexa e deve atender os critérios relativos a perpetuidade, resgate de biodiversidade, combate a desertificação, preservação de recursos hídricos, entre outros.

As ações voluntárias de compensação de emissões de gases de efeito estufa que defendemos contemplam os critérios internacionalmente aceitos para levantamento de emissões e de quantidade de mata nativa a ser restaurada, os parâmetros de sustentabilidade das áreas de restauro e ainda, de quebra, o envolvimento efetivo dos representantes das empresas interessadas na discussão sobre os procedimentos a ser adotados.

Desde que estabelecemos esse mecanismo no Brasil não tivemos um único caso em que a decisão de implementá-lo, por parte de uma empresa, não tenha resultado em elevação do nível de conscientização sobre

o tema no interior da corporação. Isso, acreditamos, se deve a duas características do processo.

O cálculo correto tanto dos impactos ambientais envolvidos quando da extensão e complexidade do restauro correspondente evidencia, para todos os envolvidos, a natureza do problema com que se está lidando e o grau de engajamento necessário para que se obtenham ganhos ambientais, sociais e corporativos reais e consistentes. Além disso, a imprescindível transparência e o caráter público de todas as etapas elevam a ação adotada, mesmo quando inicialmente pensada apenas como alternativa de marketing, a um novo patamar de legitimidade social.

Vejam um exemplo concreto, e curioso. A neutralização das emissões do lançamento da nova turnê da banda Jeito Moleque, no Claro Hall, em 2006, no Rio de Janeiro.

MUDANÇA DE COMPORTAMENTO

O resultado prático imediato foi o plantio de 100 mudas em área de preservação permanente, mata ciliar, no município de São Carlos (SP). No show houve a presença de 5 mil pessoas, quase todos adolescentes, que viram um vídeo de 10 minutos explicando o efeito estufa e a importância da neutralização e do restauro de mata nativa. Os mais de 5 mil folhetos do lançamento do “Jeito Moleque Verde” esgotaram-se em minutos e, posteriormente, o público pôde, ao entrar no site da banda, rever dados do projeto e começar a entender em que consistem as mudanças ambientais em curso e os novos comportamentos necessários para lhes fazer frente.

A partir daí, os principais shows da banda — que tem público recorde na rede de relacionamento Orkut — vêm seguindo a mesma lógica, e hoje ela já inicia outros projetos socioambientais, motivados pelo sucesso do primeiro.

O Jeito Moleque, sozinho, não salvará o planeta. Mas pôs em movimento um círculo virtuoso de redução de impactos, disseminação de informações e valores, e indução de mudanças comportamentais que pouca gente, até então, associaria a um grupo de pagode.

A discussão está aberta e sempre precisando de aperfeiçoamentos e de sábios apontamentos. Partamos apenas das mesmas premissas de transparência, consistência, coerência e eficácia para que possamos evoluir com esses mecanismos e estabelecer outros, talvez mais interessantes e eficazes. Lembrando sempre que mudar uma realidade é algo a ser feito na prática. ■

O EXEMPLO DO JEITO MOLEQUE

Ao “neutralizar” sua turnê, o grupo de pagode recorde de público no Orkut tornou-se um divulgador em massa do problema climático, e já inicia outros projetos socioambientais motivados pelo sucesso do primeiro

Este artigo dá continuidade a um debate sobre neutralização de carbono iniciado na edição 6 de Página22.



SAMPA tem sede de QUE?

UM PREOCUPANTE RELATÓRIO SOBRE O MAIOR MANANCIAL A SERVIÇO DA METRÓPOLE TRAZ À TONA UMA CRISE MAIS PROFUNDA QUE AS REPRESAS DA REGIÃO

POR FLAVIO LOBO

O atual modelo globalizado de civilização trata a atmosfera, o ar, como um depósito de lixo de capacidade ilimitada. Hoje o equívoco, ou a irresponsabilidade, e os efeitos nocivos dessa prática são de conhecimento geral. Mas essas constatações ainda não foram capazes de mudar as atitudes de grande parte da população da maior cidade do País em relação a outro elemento essencial à vida, e extremamente escasso na região: a água.

“O imaginário de abundância de água, que impera em grande parte do País, é completamente falso no caso de São Paulo”, diz Marussia Whately, coordenadora do Programa Mananciais, do Instituto Socioambiental (ISA). O alerta ganha força às vésperas da divulgação de mais um extenso relatório produzido pelo projeto, desta vez sobre o maior dos três grandes sistemas de abastecimento de água que servem a região metropolitana.

O Sistema Cantareira fornece água para metade dos mais de 19 milhões de habitantes da Região Metropolitana de São Paulo. Menos degradado que as represas Billings e Guarapiranga, ele já exige atenção, afirma Marussia. “Num período de quatro anos, houve 30% de aumento da urbanização dentro da área do manancial e mais de 70% do que deveriam ser áreas de preservação permanente estão desmatadas”. Tanto o crescimento populacional perto de nascentes, córregos, rios e represas quanto a ausência de cobertura vegetal prejudicam a qualidade da água.

Se medidas para conter o agravamento da degradação e para reverter pelo menos parte do estrago já feito não começarem a ser tomadas, avalia a pesquisadora, São Paulo poderá perder sua grande fonte de água limpa a baixo preço. “Se a situação do Cantareira ficar parecida com a da Billings e da Guarapiranga, repletas de ocupações e diversos tipos de poluentes, os custos de tratamento da água vão às alturas.” E o preço da água já está em alta acelerada no País. De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a tarifa da água subiu, em média, 209% entre 2000 e 2006, ante uma inflação de 59%. E, na Grande São Paulo, há um novo aumento previsto: dentro do prazo de um ano, os consumidores passarão a pagar pela água que usam, e não mais apenas pela captação, tratamento e distribuição.

BERÇO ESPLÊNDIDO

O imaginário citado por Marussia, provavelmente associado à mentalidade desenvolvimentista, e freqüentemente predatória, da capital bandeirante, desvia os olhos de duas constatações urgentes. São Paulo é grande demais para a água de que dispõe e precisa cuidar melhor desse recurso.

Num país que tem 12% da água potável do mundo (ou 18%, se somada a que vem de território estrangeiro, mas flui pela Bacia Amazônica), as condições geográficas e históricas determinaram maiores concentrações populacionais em regiões menos irrigadas. A mais gigantesca delas, que atualmente se estende numa “mancha urbana” praticamente contínua, de cerca de 80 quilômetros de leste a oeste por 60 quilômetros de norte a sul (*mapa na pág. 35*), situa-se numa área de cabeceiras de rios especialmente problemática em matéria de recursos hídricos.

Com o vertiginoso crescimento populacional ao longo do século XX – e ainda em curso – a quantidade média de água disponível por habitante na Bacia do Alto Tietê, onde se localiza a metrópole, é hoje quase seis vezes inferior à de Pernambuco, um dos estados mais secos do País (*tabela na pág. 34*). Um patamar para lá de crítico, segundo a classificação da ONU. Ainda é preciso lembrar que, como assinala Marussia, 20% da água computada como disponível se perde pelos vazamentos do caminho e outros 20% são roubados.

A população dispara, os mananciais são agredidos, os custos do abastecimento sobem e uma infinidade de torneiras, mangueiras, descargas e congêneres continuam a jorrar desnecessariamente. Não é à toa que períodos de amplos racionamentos de água vão e vêm ao sabor das chuvas e estiagens. Uma situação que obriga o próprio governador recém-empossado José Serra, que certamente preferiria dar boas notícias aos eleitores, a fazersoar o alarme. “Para quase 80% da população de São Paulo o abastecimento de água

não está 100% garantido o tempo inteiro”, disse Serra em março, num artigo publicado na *Folha de S.Paulo*.

Nunca é demais alertar sobre os efeitos do comportamento perdulário, mas a compreensão do problema exige que se enxerguem também alguns fenômenos históricos de larga escala. “As metrópoles brasileiras são jovens. O grande inchaço de concentrações urbanas em países em desenvolvimento é recente. Na década de 70 nos deparamos com problemas em relação aos quais havia poucos precedentes”, lembra Ricardo Araújo, da Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

FAVELIZAÇÃO

É desse período a criação do Sistema Cantareira, “uma medida feita sem maiores preocupações com impactos ambientais e sociais, típica do regime militar, que empobreciu a região, tanto que a população local em geral tem ódio de tudo que tem a ver com o sistema”, conta Marussia.

Também a legislação especial para áreas de manancial, baseada em controle e ocupação do solo, data dessa época. “Havia preocupação com o problema, mas sua complexidade superava a capacidade técnica existente, inclusive pela crença exagerada nos poderes do Estado”, analisa Araújo.

O desafio de prever, planejar, executar e controlar as áreas de manancial, o saneamento e o abastecimento de água numa metrópole em crescimento acelerado e de-

NO LIMITE. Enquanto, ao norte, o Sistema Cantareira (à esquerda) sofre com estiagens, urbanização e desmatamento, ao sul a Represa Billings teve até de ser dividida numa medida para conter a contaminação (acima)

PARTE DA **URBANIZAÇÃO IRREGULAR SE DEVE A EMPREENDIMENTOS DITOS DE ALTO PADRÃO, MAS A DINÂMICA MAIS PERVERSA É A DA OCUPAÇÃO POR POPULAÇÕES POBRES**

sordenado já não seria fácil. Some-se a isso a longa fase de estagnação econômica, desde o início da década de 80, o empobrecimento de grande parte da população e o intenso processo de favelização.

Um barril de pólvora e tanto. Que explodiu no início da década de 90, por exemplo, em forma de algas que afloraram na Represa do Guarapiranga, a que mais sofre com ocupações irregulares e despejo de esgoto clandestino, como lembra Araújo, que é o autor do livro *Mananciais – Região Metropolitana de São Paulo*, com lançamento previsto para junho. “Naquele momento, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) não sabia como lidar com a situação. Não tínhamos ainda uma resposta técnica para aquele problema de qualidade da água e a impressão de muita gente era que o único jeito seria investir para trazer água de outras regiões, como o Vale do Ribeira. Hoje, nesse sentido, o quadro é menos grave.”

DUAS VISÕES

Araújo ressalta que a capacidade futura de prover água boa e suficiente à população da metrópole demanda um processo permanente de avaliação, planejamento, controle e investimentos. Mas diz que atualmente o Sistema Cantareira não sofre agressões ou ameaças muito graves. “Teríamos um problema sério se, por exemplo, o Rodoanel desse acesso à região de Mairiporã, mas hoje não há previsão de que isso aconteça.”

Já o cientista social João Luiz Hoeffel, que estuda os impactos do uso do solo na área há dez anos e atualmente desenvolve projetos de pesquisa nas regiões da Bacia do Jaguari, provedora de dois terços da água do Cantareira, e do reservatório de Atibainha, enxerga um quadro bem mais sombrio. Segundo ele, há uma rápida expansão de atividades

turísticas, em pousadas e marinas, que se utilizam das represas como áreas de lazer, inclusive com lanchas e jet-skis.

Além disso, assegura Hoeffel, ocorre um acelerado processo de urbanização, cuja ponta de lança são empreendimentos imobiliários ditos de alto padrão, que “usam o apelo da proximidade da natureza e até, contraditoriamente, o da preservação. Na beira do Atibainha, por exemplo, está sendo erguido irregularmente um condomínio de quatro prédios de quatro andares cada, com 240 apartamentos, chamado Eco Resort”.

“E, na região do sistema que fica em Minas Gerais, existe o agravante da industrialização, sobretudo devido ao intenso crescimento do município de Extrema, que hoje se destaca nacionalmente. Quando ouço o pessoal da Sabesp dizer que o Cantareira não corre o risco de se transformar numa nova Guarapiranga fico ainda mais preocupado”, conta o pesquisador.

AGORA E O FUTURO

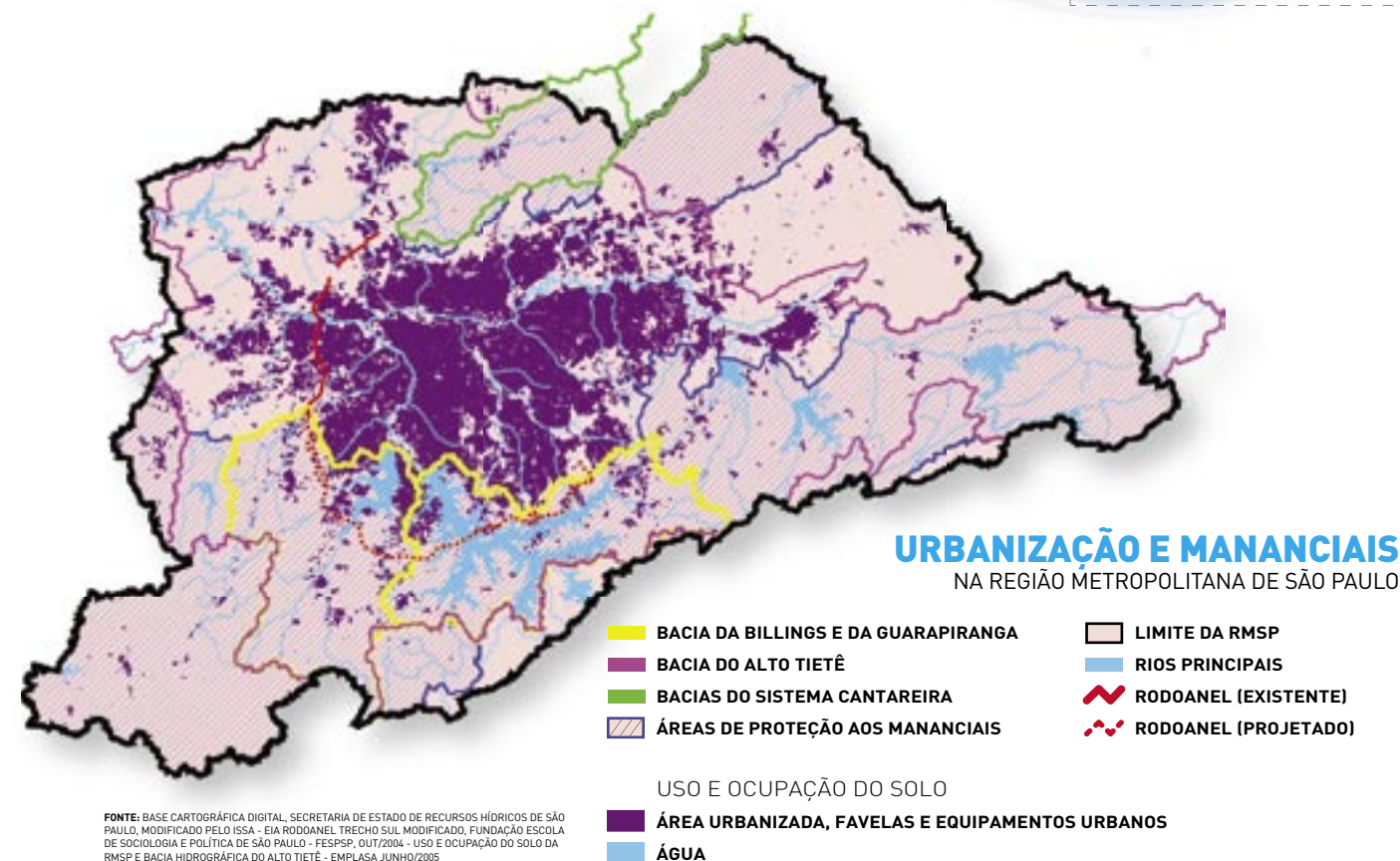
Se é verdade que parte do problema do custo, da qualidade e da democratização da água em São Paulo pode ser creditado a fenômenos tão incontroláveis quanto a crise do petróleo e seus efeitos macroeconômicos, outras se devem a causas mais prosaicas. Como a escassez ou ausência de equipes de fiscalização para fazer cumprir as leis de proteção das áreas de mananciais, onde, segundo o ISA, moram atualmente 1,8 milhão de pessoas, quase 10% da população metropolitana.

“Até março, só havia 28 guardas ambientais para fiscalizar as áreas da Billings e da Guarapiranga que ficam dentro do município de São Paulo, hoje são só 100 e em maio serão 200”, anuncia o secretário do Verde e Meio Ambiente do município de São Paulo, Eduardo Jorge.

Em relação aos ocupantes ilegais, Jorge, Araújo e Marussia concordam que uma parte, situada perto demais das nascentes, córregos, rios e represas, terá de ser desalojada. Uma tarefa “dura, mas necessária”, como diz o secretário.

As ocupações que ficarem precisam ser urbanizadas e receber, sobretudo, saneamento. Mas, ao se melhorar as condições de habitação, não se estimula a vinda de novos ocupantes? “Aí é preciso fiscalizar e impedir”, afirma Eduardo Jorge. “As pessoas vão perguntar: Por que eles podem e eu não posso? Porque agora tem governo.” O secretário cita o recente convênio entre os governos municipal e estadual para a gestão das áreas de manancial e a criação de novos parques no seu interior como outras ações que evidenciam o fortalecimento da atuação do poder público e de sua capacidade de articulação e ação estratégica.

Marussia frisa a importância de mecanismos como o das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que estimulam os proprietários a investir na preservação e



recuperação de áreas de mata nativa nas margens ou perto dos mananciais.

Araújo cita outra forma de cooperação entre Estado e iniciativa privada, as Parcerias Público-Privadas (PPPs), por meio das quais a Sabesp pretende, sem partir para a exploração da Bacia do Ribeira (“o sonho das empreiteiras”, nas palavras de Eduardo Jorge), reforçar seus sistemas. O plano é lançar mão de três novas áreas de manancial – no Alto Tietê, na região da Billings e dos rios Juquiá e Jujutiba –, que, segundo o coordenador, seriam suficientes para atender o crescimento estimado da demanda por água até 2025, quando a população da metrópole poderá alcançar a marca de 23 milhões.

MODELO EM CRISE

Como no caso do aquecimento global e seus riscos, as causas do perigo de falta d’água em São Paulo vão de fenômenos planetários a atitudes individuais. Ambos podem ser vistos como apenas acidentes de percurso, a ser contornados, minorados, remediados ou podem motivar investigações e reflexões mais profundas e abrangentes, capazes de gerar soluções transformadoras.

O problema da qualidade da água necessária à vida civilizada na metrópole, mas que já falta cotidianamente em suas regiões mais pobres e afastadas – inclusive em ocupações irregulares nas áreas de mananciais –, assemelha-se

ao da Segurança Pública. O descaso do centro, econômico e político, com as mazelas da periferia dá mostras cada vez mais flagrantes de sua natureza suicida.

Eduardo Jorge explica uma lógica “que sempre se repete no País” como um círculo vicioso socioambiental. “A população mais pobre não tem acesso à estrutura disponível nas áreas centrais, e ocupa, por falta de opção, áreas afastadas e ecologicamente vulneráveis. Com o tempo, a ocupação vira fato consumado, o Estado acaba urbanizando essas áreas. Urbanizadas, elas se valorizam, ficam caras para os mais pobres, que vão para ainda mais longe, para regiões ainda mais vulneráveis...”

Por isso, diz o secretário, “defendo, para as pessoas que tiverem de ser retiradas das áreas de manancial, a alternativa de moradias populares no Centro, onde estão os serviços e os empregos, e onde a convivência entre diferentes classes sociais tomaria a sociedade mais democrática”.

Quanto aos atuais habitantes do Centro, que ainda têm água jorrando nas torneiras, uma alternativa é fechá-las sempre que possível, e abrir os olhos, e olhar para os lados, até os limites da metrópole, talvez até mais além. No mundo, um bilhão de pessoas não têm acesso a água potável. E, com os termômetros subindo, a escassez tende a aumentar.

Outra opção é deixar que o Cantareira vire Guarapiranga, depois a região do Ribeira... até quando der para manter o insustentável. ■

DISPONIBILIDADE DE ÁGUA

CLASSIFICAÇÃO ONU	ABUNDANTE > 20.000 M³ / HABITANTE / ANO
	CORRETA > 2.500 M³ / HABITANTE / ANO
	POBRE < 2.500 M³ / HABITANTE / ANO
	CRÍTICA < 1.500 M³ / HABITANTE / ANO
	BRASIL → 35.000 M³ / HABITANTE / ANO
ESTADO DE SÃO PAULO → 2.468 M³ / HABITANTE / ANO	
PERNAMBUCO → 1.188 M³ / HABITANTE / ANO	
BACIA DO ALTO TIETÊ → 201 M³ / HABITANTE / ANO	

FONTE: ÁGUAS DOCE DO BRASIL

ROLAM AS PEDRAS

●●● POR ERIC TOHVER

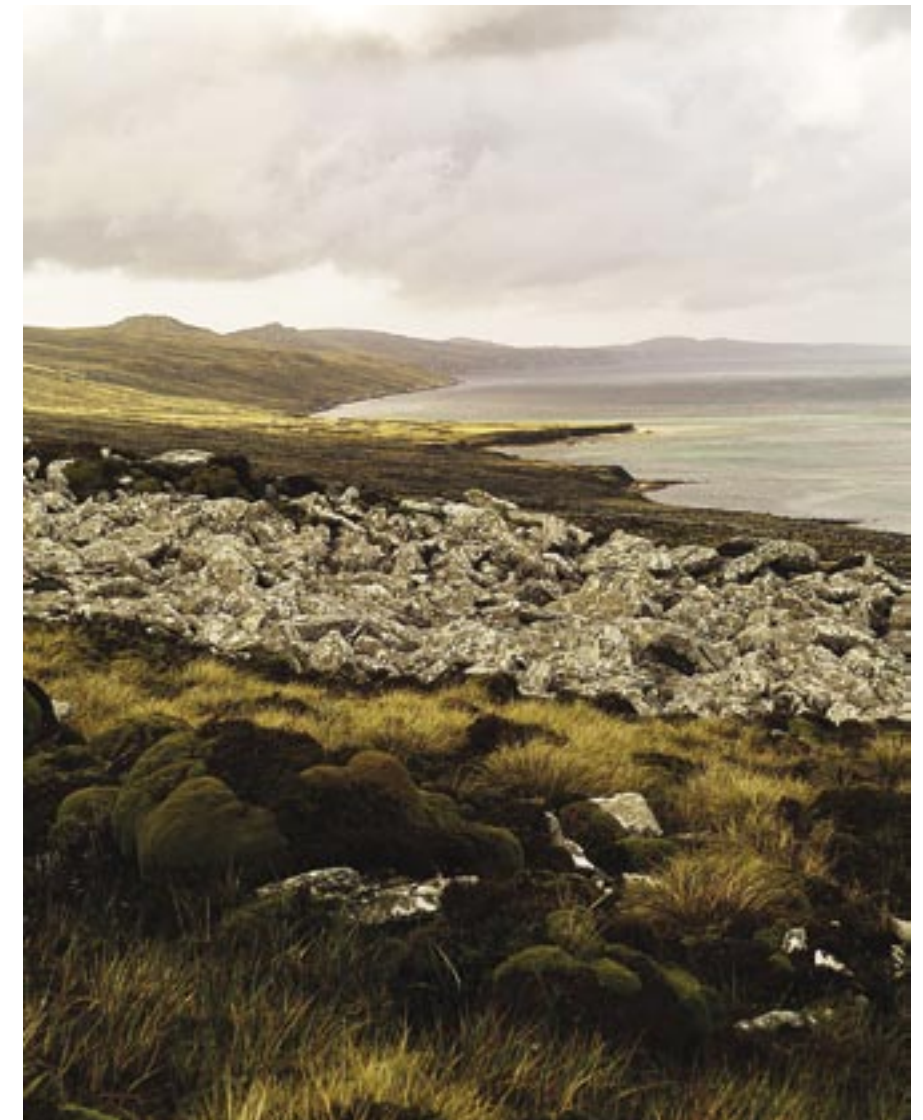


Desde o fim da guerra, há 25 anos, as Ilhas Malvinas, ou Falkland, abandonaram uma economia de base agrícola – especialmente a criação de ovelhas – para explorar o mar. A profusão de mexilhões e algas (“kelp”) deu origem ao apelido dos habitantes, os “kelpers”, e indica a riqueza marinha. Foi ela que levou os britânicos a exigir direitos exclusivos sobre 200 milhas náuticas ao redor das ilhas. E garante aos *kelpers* um PIB de cerca de US\$ 50 mil per capita.





A geologia desmente Argentina e Inglaterra, que foram à guerra por causa das ilhas. Antes da quebra do supercontinente de Gondwana e da abertura do Atlântico, há cerca de 120 milhões de anos, as Malvinas/Falkland estavam próximas do Sudeste da África. Um dos primeiros a comentar sobre as “corredeiras” de pedras (foto aérea) foi Charles Darwin, em visita às ilhas em 1834. Ele descreveu a paisagem sem árvores das ilhas como “desolada e miserável”.





Os britânicos ocuparam as ilhas a partir de 1833. Na pequena população atual – de cerca de 3 mil residentes permanentes – várias famílias têm os primeiros colonos entre os seus antepassados. Hoje, a maior parte dos *kelpers* tem mais de um emprego para poder se manter na economia moderna, na qual um dos destaques é o turismo.

Na época da entrada dos argentinos, o declínio da agricultura havia forçado grande parte dos habitantes para a capital, Stanley. Um sintoma daqueles tempos difíceis era a surpreendente dependência de divisas trazidas às ilhas por colecionadores estrangeiros de selos. A partir daí, o *boom* da pesca e do turismo e as previsões para produção de petróleo mudaram o padrão de vida. Ainda assim, cerca de meio milhão de ovelhas pastam na paisagem pedregosa das ilhas.



BRASÍLIA

na era dos

LIMITES

FRENTE PARLAMENTAR, COMISSÃO ESPECIAL, MUDANÇAS NO GOVERNO... NA AGENDA E NO DISCURSO, O MEIO AMBIENTE GANHA ESPAÇO. MAS OS OBSTÁCULOS SÃO MAIORES DO QUE APARENTAM

POR ALDEM BOURSCHUIT

A CONVERSÃO ECOLÓGICA SERÁ TESTADA, NO CONGRESSO, PELA REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 23 DA CONSTITUIÇÃO

Embalada pelos últimos relatórios internacionais e pela maior cobertura da mídia, uma onda de preocupação com o aquecimento global e as questões ambientais parece ter chegado ao Congresso Nacional e promete ocupar novos espaços na política brasileira. A Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara conta com o recorde de mais de 300 nomes, ruralistas e desenvolvimentistas que pregam inédita fidelidade à legislação verde. E a reforma do Ministério do Meio Ambiente (MMA) é uma aposta para reforçar as ações da pasta em um governo com sede de crescimento econômico.

Após pautar os debates de várias comissões permanentes, as mudanças climáticas ganharam uma Comissão Mista Especial, que tem até dezembro para apresentar uma proposta de Política Nacional sobre Mudanças Climáticas. Reunindo de Fernando Gabeira (PV-RJ) a Fernando Collor (PTB-AL), o heterogêneo grupo de doze deputados e doze senadores agendou audiências públicas e visitas ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Manaus), ao de Pesquisas Espaciais (São José dos Campos) e ao Museu Emílio Goeldi (Belém). Também serão avaliados projetos de lei que tratam direta ou indiretamente do aquecimento planetário. Um seminário internacional está programado para agosto.

A idéia é manter a pauta climática em alta e forçar debates sobre desenvolvimento e política energética nacionais, desmatamento da Amazônia, investimentos em ciência e tecnologia e estudos mais amplos sobre os impactos das alterações climáticas no País. O primeiro relatório da comissão será divulgado este mês, já com propostas de ações para o governo.

No entanto, com um Parlamento historicamente alheio a debates ambientais mais profundos, é preciso cautela ao se avaliar a amplitude dessa mobilização. A influência de setores conservadores sempre foi um entrave à aprovação de leis e à ratificação de convenções internacionais na área ambiental. A Mata Atlântica esperou 15 anos para ganhar sua lei, por exemplo. As tramitações emperradas da Lei de Gestão de Florestas Públicas e da Lei de Biossegurança são outros exemplos da atitude tradicional do Legislativo em relação ao tema.

“Temos de acompanhar o trabalho da Frente Parlamentar e da Comissão Mista, mas a princípio são passos importantes para se definir um novo papel do Congresso nessas questões”, avalia o secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, Fabio Feldmann.

A expectativa de deputados e ambientalistas é de que

o “guarda-chuva” do aquecimento global tome mais verde a agenda do crescimento econômico e facilite a aprovação de projetos relevantes para o setor ecológico. Eles acreditam em uma correlação de forças no Parlamento mais favorável à área ambiental. Também apostam que os impactos projetados pelas mudanças climáticas mudem a maneira tradicional de agir e pensar, que não insere a variável ambiental nas estratégias de desenvolvimento.

DO CONSENSO AO CONFRONTO

O comportamento do Congresso será posto à prova com a tramitação de temas como a regulamentação do artigo 23 da Constituição. Única proposta ambiental do polêmico Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o texto define os papéis de estados, municípios e do governo federal nos licenciamentos e outras iniciativas na área ambiental. A aprovação da medida tem sido emperrada pela bancada ruralista, que conta com mais de 90 deputados e novamente barganha alterações no Código Florestal Brasileiro para permitir mais desmatamento na Amazônia. “Rapidamente haverá confronto no Congresso, mas não acredito que perderíamos a votação para os ruralistas. O balanço de forças nesta legislatura é favorável à área ambiental”, diz o deputado José Sarney Filho (PV-MA).

Na pauta do segundo mandato Lula também estão o projeto de lei que regula o acesso aos cada vez mais

valorizados recursos genéticos, a proposta de emenda constitucional que injeta mais verbas na revitalização do São Francisco, a aprovação de incentivos econômicos para estados com muitas unidades de conservação e terras indígenas e a importação de pneus usados. A Organização Mundial do Comércio sinaliza que o Brasil precisa resolver suas questões internas e barrar em lei a importação desse lixo para vencer o contencioso com a União Européia.

Na avaliação do Greenpeace, a mobilização climática do Parlamento também pode ajudar o País a resolver os problemas da política energética e do desmatamento, que posiciona o Brasil como um dos grandes emissores de gases estufa. As contas nacionais ainda não incluem o metano produzido pelo maior rebanho bovino do planeta, que representaria mais de 10% das emissões brasileiras.

O desmate da Amazônia acumulado no primeiro mandato petista é um dos maiores da história e o governo deve investir em usinas nucleares ou termoelétricas, caso não seja possível construir as hidrelétricas previstas para o Rio Madeira, em Rondônia. “Mas não há mais clima para decisões pesadas contra o meio ambiente. Nesta legislatura, nenhum grupo vai conseguir impor sua vontade”, acredita Sérgio Leitão, diretor de Políticas Públicas do Greenpeace.

Fontes governistas avaliam, no entanto, que a “coesão climática” do Parlamento é superficial e será brevemente

MINISTÉRIO RENOVADO

TROCAS EM CARGOS-CHAVE E DESMEMBRAMENTO DO IBAMA

Para tentar fazer frente a temas emergentes e ao projetado contra-ataque desenvolvimentista, Marina Silva alterou todo o seu secretariado e a estrutura do Ibama. A vice-presidente do IPCC e pesquisadora do Inpe, Thelma Krug, assumiu a Secretaria de Qualidade Ambiental e Mudanças Climáticas. Para Biodiversidade e Florestas veio Maria Wey de Brito, da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo. Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável ficaram a cargo do gaúcho e ex-vice-governador do Mato Grosso do Sul, Egon Krakhecke. O deputado Luciano Zica (PT-SP) assumiu os Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano, e o ex-secretário de Cultura do Distrito Federal Hamilton Pereira trocou a presidência da Fundação Perseu Abramo pela Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

O Ibama segue com as funções de licenciamento, fiscalização e aplicação das leis ambientais, enquanto o novo Instituto Nacional de Conservação da Biodiversidade Chico Mendes deve melhorar a situação das áreas protegidas no País. Trata-se de antiga reivindicação de ambientalistas como Paulo Nogueira Neto. “O Ibama era grande demais para tratar de tudo. Nossas unidades de conservação mereciam uma organização própria”, disse o biólogo.

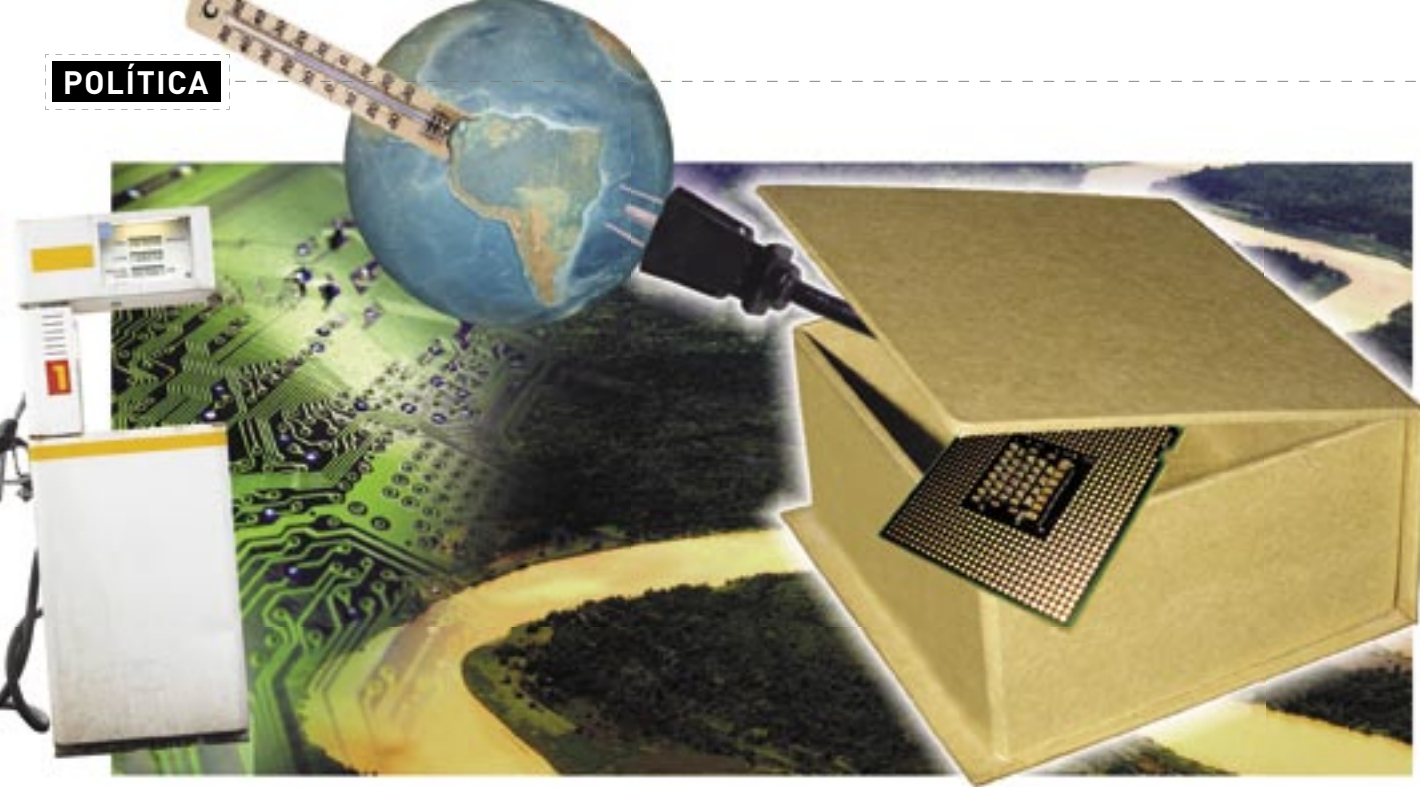
As promessas governistas incluem recursos e a contratação de ao menos um gestor para cada um dos 60 parques nacionais. Já a previsão orçamentária inicial para Ministério do Meio Ambiente e Ibama em 2007 é de R\$ 438,5 milhões, R\$ 37,8 milhões a menos que no ano passado.



PAUTA CHEIA, E POLÊMICA

Durante o segundo mandato de Lula, o Parlamento tratará de temas como a revitalização do São Francisco, o acesso a recursos genéticos e incentivos econômicos a estados que possuem unidades de conservação e terras indígenas





"É URGENTE REDISCUTIR A POSIÇÃO SOBRE REDUÇÃO DE EMISSÕES", DIZ O RELATOR DA COMISSÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

superada quando a política conservadora atentar para as profundas mudanças no modelo tradicional de desenvolvimento que serão necessárias para enfrentar o aquecimento global.

Mais preocupado em cumprir com o prometido crescimento econômico, o governo federal ainda não temperou seus programas de desenvolvimento com a necessária dose de sustentabilidade. Tanto o PAC quanto o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) deixam a desejar nos quesitos ambientais e mudanças climáticas. Por falta de consenso interno, o MMA não integrou o pacote de desoneração tributária do PAC.

Em dezembro de 2006 ventilava-se no governo a possibilidade de descartar o licenciamento ambiental para obras consideradas prioritárias ao crescimento econômico. A proposta tem sete vidas e costuma ser retomada sempre quando um novo apagão é anunciado pelo setor energético ou mediante o aceno dos setores desenvolvimentistas. "Isso seria um retrocesso ambiental promovido pelo governo, contra os interesses do País e do mundo relativos à preservação da biodiversidade e ao combate ao aquecimento global", ressalta Samey Filho.

"As mudanças climáticas ganharam a sociedade. Também devemos analisar como o país pode avançar em questões como saúde, refugiados ambientais, alterações ecológicas urbanas, rurais e costeiras e negócios sustentáveis. Também é urgente rediscutir a posição nacional sobre redução de emissões", diz o senador Renato Casagrande,

(PSB-ES), relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso.

O País tem iniciativas no combate às alterações do clima, como o uso de álcool misturado à gasolina, uma matriz energética relativamente limpa, reduziu o ritmo de desmate na Amazônia e promoveu estudos sobre os impactos climáticos nos biomas. No entanto, ainda faltam articulação e integração de ações entre os vários setores de governo, o que pode ser resolvido com um plano ou política nacional de mudanças do clima. "O governo já teve quatro anos e meio para se posicionar sobre mudanças climáticas. A estrutura nacional é ridiculamente pequena para enfrentar o aquecimento global", reclama o ex-deputado federal Fabio Feldmann.

PARA SAIR DA DEFENSIVA

Por enquanto, praticamente só o Ministério do Meio Ambiente tem se manifestado a respeito dos relatórios das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Enquanto isso, o Ministério da Ciência e Tecnologia encara as questões de forma mais burocrática e o Ministério das Relações Exteriores procura sustentar e justificar a posição nacional de não assumir metas internacionais para redução de emissões. O governo parece não ter atentado para a dimensão estratégica do aquecimento global e limita-se a propor que haja recompensa financeira internacional aos países que frearem o desmatamento.

"Essa postura defensiva reduz o jogo à contabilidade de que uns menos e outros mais (*provocam emissões de gases*). Se mantivermos essa posição seremos varridos das negociações. Quem não entender essa cena ficará para trás na história", ressalta Leitão, do Greenpeace.

PARA GANHAR FÔLEGO

A PASTA DE MARINA SILVA AINDA ESTÁ ALIJADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS

Anunciada apenas no fim de abril, na primeira reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) em 2007, a dança de cadeiras do Ministério do Meio Ambiente passou por um processo internamente doloroso e mal articulado. Por isso, é preciso acompanhar como as mudanças serão recebidas dentro do governo e nas áreas ambiental, produtiva e de infra-estrutura. "É difícil prever o que acontecerá. Isso depende de tempo, da capacidade do secretariado e do contexto político. Mas essas medidas dão novo fôlego à ministra junto ao governo", avalia Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA).

As alterações também são uma aposta de Lula em sua companheira acreana — última ministra a ser reconfirmada no cargo no segundo mandato. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente deverá arregañar as mangas e mostrar serviço em temas como mudanças climáticas, questões urbanas e rurais, economia ambiental e gestão florestal, fiscalização e licenciamento. Além disso, é indispensável ampliar o diálogo com outros setores do governo, o empresariado, os estados e municípios. A pasta ainda está alijada do debate governista sobre etanol, biocombustíveis e outros assuntos estratégicos ligados ao crescimento econômico e tem agido de forma mais reativa e sem o necessário planejamento.

Tomar o bastão vai depender não só da capacidade do novo secretariado ambiental, a maioria oriunda de São Paulo e sem experiência no Executivo, mas principalmente dos sinais da Presidência e da Casa Civil para uma real abertura dos planos de desenvolvimento às questões ambientais.

Dados da Conservação Internacional (CI) revelam que obras previstas no Plano Plurianual (PPA), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) afetarão metade das reservas naturais do Brasil, a maioria na Amazônia. "Os projetos de desenvolvimento não passarão por cima da lei. Estamos na era das mudanças climáticas, na era dos limites", avisou Marina Silva.

Mas há quem veja uma real mudança de mentalidade em curso. Ligado à bancada desenvolvimentista e membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, o deputado José Aníbal de Pontes (PSDB-SP) reforça que a mobilização ecológica do Parlamento é um sinal claro de que as políticas de desenvolvimento não podem mais dispensar o fator sustentabilidade. "Isso está vindo de fora para dentro e ganhando o Congresso."

Segundo o tucano, o País precisa investir mais em ciência e tecnologia e agregar valor à produção. "É preciso direcionar investimentos e financiamentos para práticas sustentáveis. A simples exploração dos recursos naturais colocou o Brasil na berlinda, como o quarto maior emissor mundial de gases estufa, fruto do desmatamento e das queimadas", pondera José Aníbal.

Titular da Comissão de Agricultura da Câmara e ex-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso, o deputado Homero Pereira (PR-MT) vê no Congresso uma "reação natural" aos relatórios do IPCC. Nesse sentido, ele espera "ações concretas", como a valorização dos ativos ambientais brasileiros e uma compensação a produtores que não desmatarem suas propriedades. "Temos de envolvê-los para que enxerguem ganhos econômicos na floresta, não só na agropecuária."

Segundo Pereira, que articulou "tratores" em 2005 e 2006 pela negociação de dívidas ruralistas, outra opção seria converter ativos ambientais em *commodities* a ser negociadas em bolsas de valores. "Nós precisamos de

mecanismos econômicos e não só dos ineficazes meios de controle e fiscalização."

Apesar de identificarem uma boa dose de oportunismo na multiplicação de discursos ecologicamente corretos proferidos no Congresso, deputados ambientalistas prevêem a formação de uma massa crítica à medida que esses "novos ecologistas" participem de debates e reuniões setoriais. "Dessa forma o Congresso terá forças para melhorar os planos governamentais de desenvolvimento. Não há passo atrás. A determinação é internacional", afirma o vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP).

Pesquisando há mais de dez anos o agendamento de temas pelos meios de comunicação, o mestre em Ciência Política pela USP Guilherme Canela acredita que a mídia e o Congresso cometeram um equívoco ao debater as mudanças climáticas de forma mais profunda somente com a temperatura e as águas subindo, com a crise instalada. "Não houve antecipação ao problema. Agora, o trabalho envolve menos prevenção e mais redução dos estragos."

Canela lembra que, desde a Rio-92, a cobertura das questões ambientais no Brasil se comporta como um ioiô, ao sabor da realização de eventos, da ocorrência de desastres ou da divulgação de relatórios. "Não há seguimento na cobertura. Se o tema não está na agenda, não se debate. É preciso pressão social para que se tenha uma mudança efetiva no modelo de desenvolvimento e para que as mudanças climáticas não caiam no esquecimento." ■



MUDANÇA DE DISCURSO

Entre as "ações concretas" cobradas por parlamentares ruralistas estão a valorização de ativos ambientais e compensações a proprietários que não desmatam suas terras

HORA DO passo à frente

O NOVO **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, JOÃO PAULO CAPOBIANCO,** RECONHECE A NECESSIDADE DE O BRASIL **AUMENTAR O PROTAGONISMO NO QUE SE REFERE AO AQUECIMENTO GLOBAL**

✦✦✦ POR ALDEM BOURSCHUIT

PÁGINA 22: No que consiste o anunciado Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas? Quando vai ser apresentado e com que recursos vai ser executado?

JOÃO PAULO CAPOBIANCO: A idéia é se espelhar no Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia. Em breve será publicado um decreto presidencial definindo um grupo ministerial permanente de trabalho, com prazo definido para elaboração do plano de combate às mudanças climáticas. Serão mapeadas as ações do governo nessa área, muitas delas dispersas e não integradas. O objetivo é otimizar recursos financeiros e humanos. O plano trará ações para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, para redução de emissões e para incentivo a pesquisas. Também será avaliada a previsão orçamentária no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e, se necessário, mais recursos serão levantados.

22: Como envolver o conjunto do governo nesse plano?

JPC: A decisão é da Presidência da República, não uma iniciativa isolada dos ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores. A participação de outras pastas será definida no decreto do Plano. O número de organismos envolvidos é bem grande, sem dúvida.

22: O plano definirá metas de redução de emissões internas? Como vão ser tratados o desmatamento e as queimadas?

JPC: O Ministério do Meio Ambiente vê com simpatia a questão de metas voluntárias internas, mas a decisão é do conjunto do governo. Acredito que isso é possível, agora, principalmente pela redução das taxas de desmate. Quanto a metas internacionais, todos devem reduzir suas emissões, mas as metas nacionais têm de ser menores que as de países historicamente mais poluidores. Responsabilidades comuns, porém diferenciadas, não são encaradas pelo Brasil como ausência de responsabilidade. O País tem reduzido emissões, mesmo sem metas definidas pelo Protocolo de Kyoto. Para mudar isso, seria preciso reabrir o debate sobre o acordo. Mas isso poderia ser um tiro pela culatra, dando espaço à fragilização de outros pontos, como tem reforçado o Itamaraty.

22: Se o País adotar metas internas, poderá aceitar compromissos com a comunidade internacional? O Brasil se juntaria aos países que admitem responsabilidades pelo problema?

JPC: O Brasil é signatário do Protocolo de Kyoto e tem responsabilidades. Mas o País não possui percentual definido para reduzir suas emissões, ao contrário da União

Européia, por exemplo, que quantificou suas metas. O Brasil só assumiria metas internacionais obrigatórias mediante uma demonstração clara, inequívoca e monitorável de que os países do Anexo I diminuirão suas emissões. O Brasil não fará nenhum movimento nesse sentido se as nações mais poluidoras, as desenvolvidas, não mudarem seu comportamento. Se todos aprofundarem seus compromissos, a discussão naturalmente virá à tona.

22: Com isso o País não perde uma oportunidade histórica de liderar o debate sobre as mudanças climáticas?

JPC: O Brasil é uma liderança, não rela-

cionada com assumir ou não metas. O País sempre foi ativo nas negociações do Protocolo de Kyoto e apresentou uma proposta para incentivos positivos à redução de emissões por meio da diminuição no desmatamento. Mas podemos e devemos ocupar mais espaços. Isso está relacionado ao esforço interno para reduzir emissões e à posição proativa diante das mudanças climáticas. Estamos buscando um maior protagonismo.

22: O Brasil já tem um mapa das áreas mais vulneráveis às mudanças climáticas?

JPC: O Ministério do Meio Ambiente financiou pesquisas a respeito do impacto do aquecimento global nos diferentes biomas,

“O PLANO DE COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS TRARÁ AÇÕES DE MITIGAÇÃO E DE ADAPTAÇÃO”

na região costeira, e sobre indicadores para monitorar a evolução das alterações do clima na natureza. Os estudos estão prontos, mas os dados ainda são preliminares. No entanto, já se sabe que os impactos serão mais intensos na Amazônia e no Nordeste. Não estamos no zero, mas ainda estamos longe de ter todo o conhecimento necessário. Precisamos de mais informações de qualidade.

22: Quando o Brasil terá uma

política nacional em relação às mudanças climáticas?

JPC: Isso será consequência da ampliação do debate nacional a respeito do tema. Mas, antes, temos de fazer nossa lição de casa e identificar os elementos centrais das ações do poder público e da sociedade para reduzir os impactos das mudanças climáticas. Dessa maneira, uma política nacional já traria uma linha de atuação mais efetiva. Isso pode ganhar corpo no segundo semestre.

22: Nas próximas reuniões globais sobre mudanças do clima, será mantida a proposta nacional de compensação por “desmatamento evitado”?

JPC: Nosso trabalho é reforçar sempre essa proposta, de incentivos à redução de emissões por meio do combate ao desmatamento. A agenda está avançando, possibilitando que se mude o eixo da cooperação internacional, antes centrada no simples repasse de recursos para ações de conservação. O freio no desmate da Amazônia evitou a emissão de 400 milhões de toneladas de CO₂ nos últimos dois anos. Essa redução deveria ser compensada financeiramente, com acordos bilaterais



FOTOS: MARTIN GARCIA

O MMA vê com simpatia a redução voluntária de metas internas, mas Capobianco diz que a decisão caberá ao conjunto do governo

envolvendo países do Anexo I do Protocolo de Kyoto. Os recursos seriam usados para aprofundar o combate ao desmatamento e reduzir ainda mais as emissões. Reduzir o desmatamento custa muito caro, depende da mudança do modelo econômico, não só de vontade política. Esperamos que a proposta brasileira seja aceita em breve, para que se tenha uma política global de redução de emissões.

22: Como as mudanças do clima devem refletir no arcabouço legal brasileiro e na implementação das obras de infra-estrutura que sustentarão o prometido crescimento econômico?

JPC: A legislação brasileira define padrões e orienta as ações para proteger o meio ambiente e as economias. Sem dúvida, teremos casos em que áreas protegidas serão alteradas, não pelo desrespeito à legislação, mas pelas mudanças climáticas. Logo, não precisamos alterar a legislação para enfrentar o aquecimento global, mas sim ter ações e aprimorar leis que promovam a redução de emissões e restrinjam atividades econômicas poluidoras. Quanto a obras de infra-estrutura, nos ressentimos da falta de informações mais objetivas acerca do impacto das mudanças climáticas sobre algumas obras. Esses fatores deveriam ser considerados nas decisões sobre empreendimentos.

22: O debate sobre as mudanças climáticas pode fortalecer as posições da pasta do Meio Ambiente no governo Lula?

JPC: Não tenho dúvida. O tema fez o debate ambiental subir vários degraus no governo e no Congresso. Hoje é impossível negar a gravidade das questões ambientais. A so-



“O TEMA DO CLIMA FEZ O DEBATE AMBIENTAL SUBIR VÁRIOS DEGRAUS NO GOVERNO E NO CONGRESSO. AGORA É PRECISO BUSCAR AS SAÍDAS”

cidade está diante de uma realidade muito séria, que envolve o equilíbrio ambiental do planeta. O desafio é conduzir o debate de forma consistente e real, não inflado pelo catastrofismo. É preciso buscar as saídas. A agenda das soluções está aberta.

22: O governo vai conseguir regular o avanço da fronteira produtiva, mais especificamente da cana-de-açúcar?

JPC: Esse é o desafio. Não há motivo para que a expansão do plantio para a produção de biocombustíveis traga problemas socioambientais. Existem muitas áreas convertidas subutilizadas, o volume de terra exigido é pequeno diante das terras disponíveis e a ampliação da produção pode ocorrer nas atuais áreas de cultivo, sem substituir outras culturas. É preciso continuar aproximando as agendas produtiva e de sustentabilidade. O cenário futuro é promissor, assim como ocorreu com o setor de florestas plantadas, onde os empreendedores investem em recuperação de áreas degradadas, na preservação de matas nativas e na modernização da produção.

22: A Frente Parlamentar Ambientalista reúne cerca de 300 parlamentares e a Comissão Mista de Mudanças Climáticas abriga 24 deputados e senadores. Que influência esses grupos devem ter sobre o segundo mandato Lula e sobre as políticas ambientais?

JPC: Trata-se de um fenômeno importantíssimo, e o momento é valioso para colocar na mesa algo concreto. Por exemplo, há os vetos para a Lei da Mata Atlântica e para a Lei de Gestão de Florestas Públicas, e um projeto de lei do senador Jonas Pinheiro

(DEM-MT) que exclui o Mato Grosso da Amazônia Legal. Temos de avaliar como esses parlamentares atuarão, mas a expectativa é de valorização da agenda ambiental.

22: Qual é o status do Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia e qual a expectativa quanto à Lei de Gestão de Florestas Públicas no combate ao desmatamento?

JPC: O plano de combate ao desmatamento da Amazônia será revisado. É difícil precisar, mas a tendência é que algumas medidas sejam reforçadas e outras sejam encaminhadas. Para o combate ao desmatamento não faltaram recursos, mas a Presidência da República e outros ministérios devem reafirmar seus compromissos. Quanto à Lei de Florestas Públicas, estamos preparando o primeiro plano anual de outorga de áreas florestais e fechando um acordo para injetar 4 milhões de euros da União Européia, com apoio da FAO, para implementação do Distrito Florestal da BR-163. *(Esse distrito é o primeiro fruto do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, na tentativa de viabilizar o uso sustentável de 19 milhões de hectares no sudoeste do Pará, com unidades de conservação e áreas de manejo florestal.)*

22: A Frente Parlamentar para a Amazônia pressiona pela votação de projeto que prevê a redistribuição de 2% do Fundo de Participação dos Estados (FPE), criando uma compensação para unidades da federação que não dispõem de todo o território para “atividades econômicas tradicionais”. Como o senhor vê a iniciativa e o ICMS Ecológico?

JPC: O FPE Verde está muito bem encaminhado, com parecer favorável de comissões no Congresso. A expectativa é que o texto seja aprovado em breve. Trata-se de uma proposta excelente e uma contribuição do País à Amazônia, onde existem muitas áreas protegidas e terras indígenas. A região precisa de recursos para se desenvolver de forma sustentável e seguir contribuindo para o bem-estar de todos. Sobre o ICMS Ecológico, há excelentes resultados no Paraná, em São Paulo e Minas Gerais. Outros estados deveriam legislar nesse sentido. Diante das mudanças climáticas, haverá reforço das ações do Ministério do Meio Ambiente para melhorar as questões tributária e fiscal no estímulo à produção e ao consumo sustentáveis.

22: Após a COP de Curitiba, o Brasil assumiu a presidência da Conferência sobre Diversidade Biológica (CDB). O que vem sendo feito no sentido da conservação da biodiversidade?

JPC: Nosso foco de trabalho é o regime internacional de acesso aos recursos genéticos. Alguns países que tinham posição refratária já entendem que as propostas das nações megadiversas não são simplesmente formas de ganhar dinheiro, mas sim mecanismos de conservação. Não haverá futuro para a biodiversidade se não compatibilizarmos conservação com geração de emprego e renda e desenvolvimento. As pessoas não deixarão de comer para preservar. Essa é a realidade. O regime internacional de acesso é um instrumento para isso, permitindo que aqueles que preservam a biodiversidade sejam recompensados por manter matérias-primas essenciais à indústria moderna. O acesso tem de ser regulado e recompensado. A agenda é essencial para o Brasil. ■



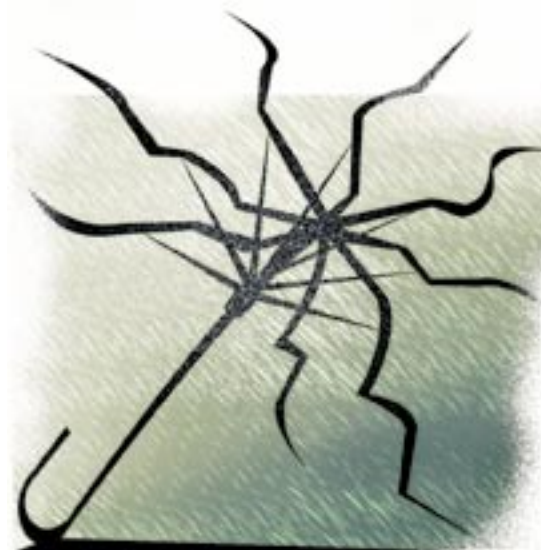
Adaptação ao clima exige MÃOS À OBRA

✦ POR ANTONIO ROCHA MAGALHÃES

O Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), lançado recentemente em Bruxelas, chamou atenção para o fato de que mudanças climáticas já estão ocorrendo e que elas são causadas por atividades humanas, especialmente a queima de combustíveis fósseis (mas também a destruição da cobertura florestal). A lista de impactos previstos é impressionante.

Na América Latina, a destruição de 43% das 69 espécies de árvores da Amazônia até o fim do século; o desaparecimento de 24% das 138 espécies de árvores do Cerrado; a redução de terras adequadas ao plantio de café; aumento na extinção de mamíferos, pássaros, borboletas, sapos e répteis até 2050; redução na disponibilidade de água e na geração de hidreletricidade em virtude do derretimento das geleiras dos Andes; severa degradação de terras, desertificação em áreas do Nordeste e em outros lugares; substituição de parte da floresta tropical por savanas na Amazônia Oriental; aumento da vulnerabilidade a eventos extremos, como secas, cheias, ciclones.

Como enfrentar esses desafios? Na prática, as respostas às mudanças climáticas têm se focado mais em políticas de mitigação, que são relacionadas à redução das causas antropogênicas que levam a essas mudanças. Através da mitigação são tomadas medidas para reduzir as fontes de emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera. Há ainda muito que precisa ser feito em mitigação até que a composição de gases de efeito estufa na atmosfera possa ser estabilizada. O IPCC desenvolveu vários cenários de estabilização, que variam conforme



o esforço de mitigação adotado pela sociedade, e que podem levar o aquecimento do planeta a valores que se situam entre 2 e 4 graus centígrados, até o fim do século, ou até mais que isso.

Não falamos apenas de mudanças futuras. O aumento de emissões que se verificou até agora já compromete uma elevação de temperatura média do planeta da ordem de 0,6 grau. O número médio esconde variações, por exemplo, entre mar e terra, entre latitudes altas e baixas, entre regiões. Em alguns lugares, o aumento será bem maior, trazendo impactos significativos na variabilidade climática, com mais eventos extremos e elevação do nível do mar. Portanto, por mais que a política de mitigação seja bem-sucedida, um certo nível



de mudanças climáticas já é inevitável. Mitigação apenas não é suficiente.

A política de adaptação diz respeito a como aumentar a capacidade de convivência com um clima diferente, através da redução de vulnerabilidades, do aumento de resiliência e do reforço de capacidade adaptativa.

O IPCC define vulnerabilidade a mudanças climáticas como “o grau segundo o qual sistemas geofísicos, biológicos e socioeconômicos são suscetíveis a mudanças climáticas e incapazes de conviver com seus impactos adversos”. Resiliência é a capacidade natural de um sistema de voltar ao normal depois de sofrer um dado distúrbio causado, por exemplo, por um evento climático. Em casos extremos, um sistema natural pode não voltar ao seu estado natural. Isso aconteceria, por exemplo, com a Amazônia, que poderá ter partes savanizadas, e com o Nordeste do Brasil, que se tornaria mais árido.

EXEMPLO DE NOVA ORLEANS

O conceito de “capacidade adaptativa” diz respeito aos recursos disponíveis em uma dada sociedade, que lhe dão os meios para adaptar-se a eventos extremos. Existem muitos países pobres que têm baixas capacidades adaptativas, em termos de recursos naturais, humanos e tecnológicos. Esses países são naturalmente mais vulneráveis

e sofrem maiores impactos. Por outro lado, a existência de capacidade adaptativa não significa necessariamente que ela será utilizada. Basta ver o exemplo recente do furacão Katrina, nos Estados Unidos, que causou enorme impacto sobre a cidade de Nova Orleans, apesar da alta capacidade adaptativa existente no país.

A adaptação é necessária não apenas por causa de mudança futura do clima, mas também por causa da variabilidade climática corrente. Independentemente de mudanças, a variabilidade normal do clima causa eventos como secas e cheias que têm efeitos significativos, sobretudo sobre as populações mais pobres. Os eventos climáticos que ocorrerão no futuro terão a mesma natureza dos atuais, entretanto com intensidades e efeitos mais graves. Por isso, a experiência de adaptação a eventos correntes como secas e cheias é importante para o desenho de políticas de adaptação a mudanças climáticas globais previstas.

No caso brasileiro, existe ampla experiência de adaptação, por exemplo, às secas do Nordeste brasileiro, ou às cheias em várias regiões. O País possui um sistema de defesa civil que é acionado em casos de eventos como a seca na Amazônia, em 2005. Há vários sistemas estaduais e locais que complementam o federal. Esse sistema tem sido útil, embora não capaz de prevenir todos os proble-

FORTALECER OS ATUAIS SISTEMAS DE ENFRENTAMENTO DE DESASTRES PODE SER O PRIMEIRO PASSO DA PREPARAÇÃO PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS QUE VIRÃO



NO NORDESTE, REGIÃO QUE SERÁ MUITO AFETADA, 35% DA FORÇA DE TRABALHO DEPENDE DA AGRICULTURA. E A AGENDA BRASILEIRA PARA ADAPTAÇÃO ESTÁ VAZIA

mas causados por eventos extremos. Se, no futuro, secas e cheias se tornarão mais frequentes e várias regiões se tornarão mais vulneráveis, fortalecer os sistemas atuais de enfrentamento de desastres naturais pode ser a primeira medida para melhorar a capacidade de adaptação do País às mudanças climáticas que estão por vir.

Um bom sistema de adaptação requer entendimento da cadeia que liga a variabilidade climática a impactos e a respostas adaptativas. Por exemplo, uma alteração no clima pode causar excesso ou a insuficiência de precipitação. Um excesso de chuvas pode levar a cheias, que geram deslizamentos de terras, perda de plantações e de criações e perdas humanas.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

O impacto será maior sobre áreas e populações mais vulneráveis ou sobre ecossistemas com menor resiliência. Por sua vez, a falta de precipitação pode produzir secas, que causam perdas na disponibilidade de água e na agricultura. As regiões e populações mais vulneráveis são mais afetadas. Uma seca extrema no Semi-Árido do Nordeste brasileiro afetaria milhões de pessoas.

Caracterizado um impacto, o próximo elo é a resposta de adaptação da sociedade. As pessoas exercem suas

estratégias de sobrevivência. Primeiro, os agricultores desistem das plantações, e isso causa enorme desemprego dos trabalhadores rurais. Em seguida, desistem das criações (que perecem ou são deslocadas para regiões mais úmidas, ou vendidas por preço baixo). Frequentemente, as pessoas migram, muitas vezes definitivamente.

Com as transformações na organização social do Nordeste, sobretudo a partir de meados do século XX, com as comunidades eclesiais de base, os sindicatos rurais e as organizações da sociedade civil (que aumentaram a “capacidade adaptativa” dos mais pobres), uma forma de reação mais frequente tem sido a pressão sobre as autoridades públicas, por meio de invasões de armazéns ou saques no comércio.

A resposta do governo vem inicialmente através de programas emergenciais de criação de empregos, frentes de trabalho, distribuição de água e de alimentos. O governo também tem respondido de forma não emergencial, procurando reduzir a vulnerabilidade através da diversificação da economia, levando a menor participação da agricultura de sequeiro (sem irrigação, dependente da chuva) na formação do PIB.

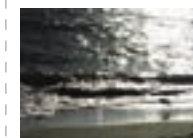
A agricultura, no passado, podia representar até 30% do PIB regional e hoje está em torno de 6%. No entanto,

35% da força de trabalho continua dependente dessa atividade, o que denota a existência de um grupo social altamente vulnerável. Uma seca continua sendo um grande problema no Nordeste, embora não represente mais o mesmo grau de desastre social que acontecia no passado, quando milhares de pessoas podiam morrer como conseqüência de um evento extremo. O que poderá acontecer se as secas se tornarem mais frequentes e os solos mais improdutivos, como dizem os cenários de mudanças climáticas? É preciso fortalecer as políticas de adaptação, tanto em resposta a eventos extremos (ações de emergência), como na redução de vulnerabilidade e aumento de capacidade adaptativa.

Além de preparar-se melhor para enfrentar a variabilidade climática atual, é necessário também começar a preparar-se para enfrentar eventos futuros. O que acontecerá se o nível do mar se elevar em 60 centímetros até o fim do século. Esta é uma previsão conservadora. Áreas costeiras baixas como as do Rio de Janeiro, de Recife e de Belém podem ser afetadas. Algumas áreas agrícolas também. Não temos planos para esses casos.

Em outros países, já existem exemplos de preparação para um possível aumento do nível do mar. Por exemplo, no Canadá, a construção da Confederation Bridge (Ponte da Confederação) teve sua altura acrescida em um metro para prevenir um possível futuro aumento do nível do mar. Novos projetos em áreas costeiras deveriam incluir a análise de impacto ambiental, social e econômico de uma possível elevação do nível do mar. O mesmo deveria ser feito em relação a outros possíveis impactos.

A Convenção de Mudanças Climáticas requer que cada país desenvolva um Plano de Ação Nacional de Adaptação (Napa, na sigla em inglês). Alguns países têm avançado nessa direção, mas a evidência sobre resultados até agora é escassa. O Banco Mundial vem apoiando em vários países, como nos do Caribe, programas de Adaptação a Mudanças Climáticas, focando na redução de vulnerabilidades a eventos extremos atuais



SOBRE ÁGUAS TURBULENTAS

Em outros países já há exemplos de preparação para um possível aumento do nível do mar. No Canadá, a construção da Confederation Bridge (Ponte da Confederação) teve sua altura acrescida em um metro

e futuros e no aumento de capacidade adaptativa.

No Brasil, a adaptação a mudanças climáticas ainda é uma agenda vazia. Muito pode ser aprendido da experiência de impactos de eventos climáticos correntes, como secas e cheias, em várias regiões.

Como lidar com um Semi-Árido ainda mais seco, com zonas de desertificação? Ou com uma Amazônia mais savanizada? Ou com maior escassez de água? Ou com maior frequência de eventos extremos, inclusive alguns que antes não ocorriam no País, como os ciclones? Em suma, como promover o desenvolvimento sustentável nos diversos espaços do País, para que a sociedade se torne mais resistente a crises como as que são provocadas pelas mudanças do clima?

Em primeiro lugar, a questão das mudanças climáticas precisa deixar de ser uma preocupação de alguns poucos cientistas, ou apenas dos ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores. Precisa ser incluída na política de desenvolvimento do País, como parte importante da agenda de todos os ministérios e de todos os níveis de governo, assim como do setor privado e das organizações da sociedade civil.

Os riscos advindos de eventos climáticos mais severos no futuro afetam toda a sociedade. Como sempre, o custo de prevenir é menor do que o de remediar, mesmo porque, em muitos casos, os impactos podem ser tão sérios que não haverá remédio possível. ■



Savana onde HAVIA MATA

✦ POR PHILIP FEARNSIDE

“Ontem (5 de abril de 2007), segundo a Folha (de S.Paulo) apurou, a delegação brasileira fazia objeções a uma referência à savanização da Amazônia, causada pelo aquecimento global, no texto final do sumário.”

A delegação brasileira na reunião do Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC) não teve sucesso em apagar a menção à savanização e do resumo do relatório do Grupo de Trabalho II, que trata dos impactos das mudanças climáticas e da adaptação, consta esta declaração: “Até meados do século, aumentos na temperatura e a diminuição da quantidade de água no solo devem conduzir à substituição gradual da floresta tropical por savana na Amazônia Oriental”.

A possibilidade de a Floresta Amazônica ser substituída por savana é levantada em nada menos que quatro capítulos do relatório (capítulos 2, 4, 5 e 13). Os três primeiros baseiam-se nas previsões do Centro Hadley do Escritório Meteorológico do Reino Unido, cujo modelo produz os resultados mais catastróficos para a Amazônia. No capítulo 13, que trata da América Latina, a hipótese de que a savanização aconteceria com mais de 80% de probabilidade leva em conta uma série de modelos diferentes e não depende apenas dos resultados do modelo do Centro Hadley.

A grande diversidade de resultados previstos por meio de diferentes modelos climáticos, tanto para o mundo como para a Amazônia, não traz conforto. As projeções para as temperaturas globais, divulgadas pelo IPCC em fevereiro de 2007, indicam um aumento máximo de 4 graus acima dos níveis pré-industriais até o ano 2100. Este é o cenário A2 (*gráfico*), cujas premissas são de que a industrialização e o crescimento populacional vão continuar de forma diferenciada em diversas partes do mundo, e que o aumento da eficiência tecnológica será modesto.

Embora o IPCC não use o termo *business as usual*, isto é o que o cenário A2 está mais próximo de representar. Outros três cenários partem de tendências atuais, presu-

mindando que o crescimento da população e/ou o impacto da industrialização sejam reduzidos.

CACHINHOS DOURADOS

A maioria das pessoas, quando confrontada com uma série de resultados, tende a considerar que o médio é provavelmente o mais correto. A lógica não se aplica a esse caso. Em vez disso, é a curva mais alta do gráfico – que corresponde ao cenário A2 – a mais provável de ocorrer se não houver mudança de política para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.



A “falácia dos Cachinhos Dourados”, na qual se assume de antemão que o valor mediano é “certinho”, serve à avaliação dos resultados de modelos de clima de várias maneiras. Cachinhos Dourados é a menina no conto de fadas que vaga pela floresta e encontra uma cabana onde vivem três ursos. Eles haviam colocado três tigelas de mingau na mesa para esfriar, enquanto passeavam pela floresta. Cachinhos Dourados prova o mingau do Urso Pai e acha que está muito quente, o da Urso Mãe é muito frio, e o do Urso Bebê é “certinho”. Infelizmente, esta não é uma boa maneira para escolher entre diferentes modelos climáticos e os valores dos parâmetros que os alimentam.

Até mesmo um aumento de 4 graus acima dos níveis pré-industriais é modesto do ponto de vista do que poderia ocorrer na Amazônia. As temperaturas nos cenários previstos pelo IPCC representam médias para o planeta como um todo. Elas são influenciadas, entretanto, pela temperatura do ar acima dos oceanos – a maior parte do planeta é coberta de água –, que sobe menos do que na superfície terrestre. A temperatura média na superfície dos continentes seria aproximadamente 30% mais alta do que a média global.

Além disso, os cenários mostram médias ao longo do

APESAR DA DIVERSIDADE DE RESULTADOS DOS MODELOS CLIMÁTICOS ATUAIS, É REAL A POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA FLORESTA EM DECORRÊNCIA DO AQUECIMENTO

tempo, mas a temperatura varia de um dia para outro, com a possibilidade de picos muito mais altos do que a média. Em 2003, uma onda de calor causada pelo fenômeno El Niño matou 32 mil pessoas na Europa. O relatório do IPCC indica que, no cenário A2, ondas de calor dessa magnitude ocorrerão, em média, a cada dois anos até 2080.

Os valores dos cenários do IPCC expressam a temperatura média não apenas ao longo do tempo, mas também em termos espaciais. Além de os continentes estarem mais quentes do que a média global, alguns lugares nos continentes experimentarão aumentos bem maiores que outros. É aí que o modelo do Centro Hadley cria um cenário catastrófico para a Amazônia, com temperaturas aproximadamente 40% mais altas que o resto do continente.

EL NIÑO PERMANENTE

O modelo do Centro Hadley exhibe tais resultados porque insere o clima global em um contexto de “El Niño permanente”, coisa que outros modelos climáticos ainda não levam em conta. Junto com temperaturas mais altas, o El Niño permanente causaria redução significativa da chuva e prolongamento da estação seca na Amazônia. Na ausência de ações de mitigação do efeito estufa, tal cenário prevê a extinção da Floresta Amazônica até aproximadamente 2080.

Reduções significativas da precipitação e da vazão dos rios na Amazônia não são resultados restritos ao modelo do Centro Hadley – outros dois modelos também mostram reduções grandes. No entanto, alguns deles indicam pouca mudança e um até aponta aumento.

Diante desses outros modelos, por que acreditar no do Centro Hadley? A gama de resultados diferentes leva à tentação de usar a média de todos eles. Mais uma vez essa reação natural não é apropriada. A abordagem no estilo Cachinhos Dourados não substitui o exame e a comparação de cada modelo com o que sabemos sobre o clima real na Amazônia.

A modelagem de clima avançou muito desde o último relatório do IPCC em 2001, mas variáveis importantes ainda existem entre as diferentes abordagens. Um avanço é que hoje eles concordam que o aumento do efeito

O BRASIL É UM DOS PAÍSES QUE MAIS TÊM A PERDER COM A MUDANÇA CLIMÁTICA. A DEMORA EM CORTAR AS EMISSÕES É UMA ABORDAGEM PERIGOSA, EM ESPECIAL PARA A AMAZÔNIA

estufa criará as chamadas “condições tipo El Niño”. Ou seja, o aquecimento da superfície da água no Oceano Pacífico, gatilho para eventos do El Niño. A ocorrência de “condições tipo El Niño” difere de eventos do El Niño em si, relacionados com secas e inundações em diferentes locais ao redor do mundo.

Hoje se sabe que o El Niño causa secas na Amazônia, e essa conclusão não depende de modelos de clima. Sempre que as águas superficiais do Pacífico esquentam, há secas e incêndios florestais na Amazônia, como ocorreu em 1982, 1997/1998 e 2003. A relevância dos resultados de qualquer modelo para a Amazônia, portanto, depende da inclusão de uma representação realística desse efeito. Se há modelos que indicam aquecimento da água no Pacífico sem maiores efeitos na Amazônia, isto não significa que a Amazônia esteja mais segura, mas que ainda falta incluir algo nos modelos.

BASTAM 50%?

A interpretação dos resultados dos modelos de clima depende de outra consideração básica. Para gerar tempe-



raturas simuladas, os modelos usam a chamada “sensibilidade climática” – a média de aumento da temperatura da superfície global, acima de níveis pré-industriais, se a concentração de CO₂ na atmosfera fosse o dobro da pré-industrial. Antes da Revolução Industrial havia 280 partes por milhão por volume (ppmv) de CO₂ na atmosfera, e hoje já são 383 ppmv. Estima-se que a concentração dobre em relação ao nível pré-industrial antes de 2070 caso não haja a mitigação das emissões.

O valor mais provável para a sensibilidade climática, e que alimentou os cenários do IPCC, é um pouco abaixo de 3 graus. “Mais provável” significa, porém, que há uma probabilidade de 50% de que o verdadeiro valor seja menor, assim como uma chance de 50% de que seja maior. O valor para a “alta sensibilidade climática” – que significa que há 95% de certeza de incluir o valor verdadeiro – é de 6,2 graus, segundo uma revisão dos dados sobre a reação do clima às variações na concentração de CO₂ ao longo da história geológica.

Publicada na *Nature* em março de 2006, a revisão traz um valor substancialmente mais baixo do que estimativas anteriores, mas ainda devastador em suas implicações.

O princípio de precaução ensina que se deve planejar com base em um cenário pessimista com alto grau de certeza a fim de não se ignorarem os impactos. Por exemplo, se alguém que mora em um prédio de apartamentos perguntasse a um engenheiro se o edifício poderia ruir, como aconteceu com o Palace II em 1998, ficaria satisfeito com uma resposta de que é “provável” que o prédio permaneça em pé? Isso pode significar que há uma chance de 51% de que o edifício se mantenha em pé e uma chance de 49% de que caia ao chão. Certamente os moradores não se satisfariam com a segurança de apenas “mais de 50%”,

mas só com algo acima de 99%.

Da mesma maneira, para os habitantes do planeta Terra, fazer planos a partir da hipótese de que a temperatura média global vai subir 4 graus ignora o fato essencial de que há uma chance de 50% de que o aumento seja maior, e possivelmente muito maior.

LENHA NA FOGUEIRA

Quando as temperaturas aumentam, as árvores precisam de mais água para sobreviver. Se a estação seca se prolongar, muitas não terão capacidade para resistir ao estresse hídrico e morrerão, literalmente, de sede. Isso é evidente nos dados do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF), desenvolvido pelo Inpa e o Instituto Smithsonian próximo a Manaus, que possui mais de 80 mil árvores mapeadas, etiquetadas e monitoradas em um estudo que dura 27 anos.

A taxa de mortalidade de árvores localizadas a até 300 metros da borda da floresta é muito mais alta do que a de árvores no interior da floresta. Isso porque enfrentam um microclima alterado, semelhante ao que pode ser esperado para a floresta inteira sob as mudanças climáticas projetadas. As árvores grandes morrem primeiro, o que libera grande parte do estoque de carbono da floresta, contribuindo para um ciclo vicioso entre o aumento do efeito estufa e a mortalidade da floresta.

As árvores grandes também mantêm a estrutura física da floresta – quando morrem, são substituídas por espécies típicas de florestas secundárias. Tais resultados

foram confirmados pelo *Seca Floresta*, um estudo do Projeto em Grande Escala Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), que cobriu o chão em um hectare de floresta com painéis de plástico, simulando os efeitos de uma seca prolongada.

Os estudos do PDBFF e do LBA testam o efeito de aumentar o estresse hídrico, causando a morte das árvores em pé. Este também é o único efeito incluído no modelo do Centro Hadley, que indica uma mortalidade catastrófica da Floresta Amazônica até 2080. Na realidade, os efeitos da mudança climática poderiam ser muito piores devido a um outro elemento: o fogo. Incêndios florestais começam e se espalham com mais facilidade sob as condições quentes e secas que prevaleceriam com um clima alterado.

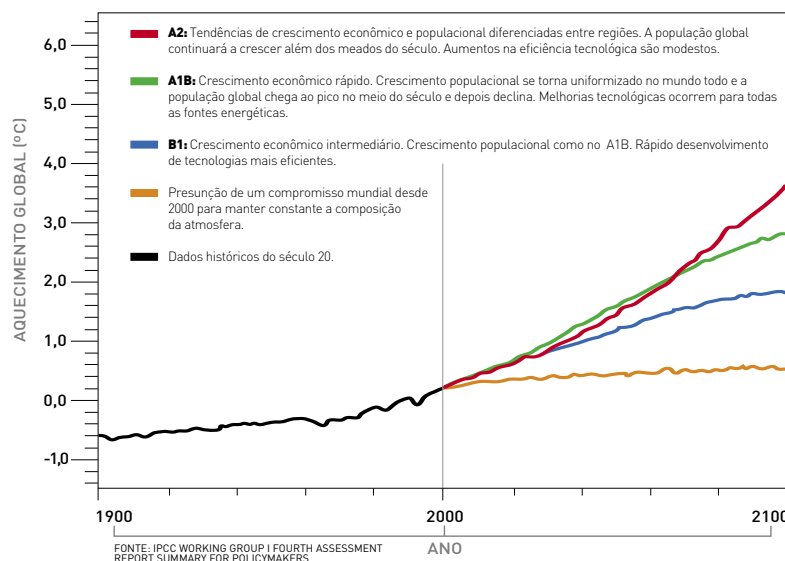
O perigo aumenta graças à mortalidade de árvores, a incêndios anteriores e à exploração madeireira que avança em áreas de floresta previamente intactas. A construção de estradas e a expansão de assentamentos e pastagens oferecem novas oportunidades para incêndios, como o grande incêndio de Roraima, ocorrido em 1997/1998 durante um evento do El Niño. Um “El Niño permanente” aceleraria muito essa forma de destruição da floresta.

O modelo do Centro Hadley não inclui o desmatamento direto. Entretanto, esse processo continua substituindo floresta por pastagem, reduzindo a evapotranspiração e a chuva na época seca e, portanto, vai se somando aos impactos do efeito estufa.

A possibilidade de a Floresta Amazônica extinguir-se e ser substituída por savanas é real. Esse cenário não é inevitável, mas depende de decisões humanas sobre as emissões de gases de efeito estufa. O Brasil é um dos países que têm mais a perder com a mudança climática, e por isso deveria assumir a liderança, começando com a redução das emissões oriundas do desmatamento amazônico.

A demora em cortar as emissões é uma abordagem perigosa, especialmente para a Amazônia, pois o aquecimento global perduraria por duas ou três décadas mesmo depois de cessadas as emissões antropogênicas. O limiar no qual a inércia do sistema climático pode empurrar a floresta para além dos seus limites de tolerância está muito próximo. Se esperarmos para saber precisamente onde está esse limiar, talvez seja tarde demais. Fingir que a ameaça que o aquecimento global representa para a floresta não existe é uma fórmula para o desastre. ■

O AQUECIMENTO GLOBAL EM DIFERENTES CENÁRIOS



CÍRCULO VICIOSO

Os efeitos do aquecimento global podem ser ainda piores devido a outro elemento: o fogo. Incêndios começam e se espalham com mais facilidade sob as condições quentes e secas de um clima alterado



EMANCIPAÇÃO na floresta

♦♦ POR PATRICIA SHANLEY

Para quem é feita a ciência e como ela pode alcançar as populações menos favorecidas? Comunidades da fronteira rural nas quais a pesquisa científica é realizada raramente recebem outra coisa a não ser uma “caixinha”, falsas promessas e doces estragados. O pouco que recebem não é oferecido por cientistas, mas por políticos, madeireiros, fazendeiros e a agroindústria.

Na região do Baixo Tocantins, uma moradora da Floresta Amazônica questionou o porquê de os cientistas publicarem principalmente para os privilegiados. Glória Rodrigues Gaia é uma agricultora da floresta que luta por mais do que doces. Sua história levanta questões sobre o processo científico, a responsabilidade deste em relação aos *stakeholders* locais, e como ele pode gerar

impacto para essas comunidades. A fúria de Glória em contra a ciência extrativa, praticada por uma elite, abriu caminho para uma colaboração instrutiva. Ela ajudou a transformar a ciência em resultados práticos para as pessoas comuns.

Nascida em 1953 e criada nas matas próximas à cidade de Cametá, Glória e seus nove irmãos aprenderam a pescar, caçar, extrair borracha e óleo das árvores. A mãe de Glória transmitiu-lhe um profundo conhecimento dos óleos e das plantas medicinais, e lhe mostrou vários medicamentos à base de produtos da floresta, inclusive um carinhosamente apelidado de “xixi de anjo”. “Embora fôssemos pobres, meus pais nos deixaram a rica herança cultural de nossos antepassados”, lembra Glória. Da mãe e da avó ela herdou os conhecimentos para ser parceira e,

por necessidade, começou essa prática aos 17 anos.

Depois de se casar, mudar-se para a cidade e ter cinco filhos, no início dos anos 90 Glória sentiu necessidade de retornar à propriedade de sua família para protegê-la da exploração da madeira. Enquanto muitos dos vizinhos tinham pouca ou nenhuma mata, Glória ainda podia retirar frutas, fibras, látex, caça e medicamentos de sua parcela de floresta. Isso ajudou sua família como uma conta no banco. “Não tínhamos que comprar toda a comida ou os remédios; a mata também era nossa fonte de sustento.”

Sem dinheiro e com fome, moradores como Glória em geral ficam em uma posição fraca para negociar com madeireiros, fazendeiros e a agroindústria. Depois de salvar sua porção de floresta, Glória comprometeu-se a ajudar outros moradores a negociar acordos melhores para suas matas. Em 1993, ela soube de uma pesquisa que vinha sendo feita na fronteira madeireira ao longo do Rio Capim, onde nossa pequena equipe de cientistas tentava ajudar os moradores a responder à pergunta: “O que tem mais valor, as árvores vendidas como madeira ou a caça, as fibras e os frutos que extraímos da floresta?”

A resposta não é simples. Nas fronteiras, a baixa densidade de espécies com potencial econômico, a pro-

dução inconsistente de frutos, a população declinante de animais para caça e a crescente intensidade na extração de madeira e na ocorrência de incêndios contribuem para tornar as florestas complexas e vulneráveis. Apesar de lamentar os recursos mais escassos e as distâncias maiores até as árvores frutíferas e as fontes de fibras, os líderes das comunidades continuavam a assinar contratos para exploração de madeira.

O interesse de Glória em nosso trabalho ajudou a equipe a solucionar um dilema ético. Como poderíamos conduzir pesquisas que não oferecessem soluções imediatas para acabar com a perda de frutos, caça e medicamentos? Como garantir que a rápida destruição que testemunhávamos servisse de alerta e fosse evitada por outras comunidades? Ao responder à demanda de Glória para que compartilhássemos os resultados da pesquisa, acabamos criando uma exibição itinerante. Um caçador da região do Capim, um pesquisador e eu colocamos na mochila os materiais para um workshop, pôsteres e redes de dormir. Viajamos com Glória de barco, por estradas barrentas de arrasto e a pé até uma vila na melhor região madeireira do Baixo Tocantins.

Glória não gostava de cientistas, especialmente es-

**UMA MORADORA DA
AMAZÔNIA REBELOU-SE
CONTRA O ELITISMO DA
CIÊNCIA EXTRATIVA.
E A TRANSFORMOU**

trangeiros, aqueles que só exploram os conhecimentos tradicionais, culturais e não devolvem nada à comunidade. Ela os vê como vê os fazendeiros e madeireiros: pessoas cheias de pompa, ricas, que desenvolvem uma atividade extrativa e deixam pouco atrás de si. Ela nos tolerava porque tínhamos dados – dados que poderiam, talvez, ajudar os moradores das fronteiras madeireiras.

Quais eram os dados mais reveladores para os moradores? Nossos resultados demonstraram que, depois de vários episódios de extração de madeira, o consumo médio, por família, de alguns frutos cai de 72 unidades por ano

para 14 – uma redução de 80%. Uma árvore que produz 300 frutos por ano, com um potencial de receita de R\$ 60, era comumente vendida por R\$ 2. Os moradores se admiravam ao saber que sete caçadores em uma vila obtiveram 232 quilos de carne ao caçar debaixo dos piquiás (*Caryocar villosum*), árvore também vendida aos madeireiros por R\$ 2.

Sem saber do valor de mercado de suas florestas e passando necessidade, os moradores vendem a madeira por pouco retorno econômico. Na região do Tocantins, comprovamos que a situação do Capim se repetia em outros cenários de fronteira. Como no Capim, a renda invisível de frutos, caça e fibras é substancial, mas o dinheiro vivo oferecido pelos madeireiros seduz os líderes locais para, repetidamente, vender a madeira.

Os moradores absorveram os dados e começaram a contar suas próprias histórias de ganhos e perdas, dando

força uns aos outros. Jurandir e Curumi contaram casos de perda. Mangueira lembrou à comunidade que ele disse “não” ao madeireiro; que sua família era saudável durante a estação de frutos, e que ele ainda podia coletar o cipó-titica para construção e o leite-de-amapá para medicação. Quando nos preparávamos para sair, os moradores nos agradeceram e continuaram as discussões sobre como conservar o que resta de suas florestas.

LIVROS E HOMENS

Começamos a caminhar depois do pôr do sol. Passamos por serrarias itinerantes, operações quase domésticas, ágeis e eficientes em atingir regiões remotas. Elas chegaram ali antes de nós e chegariam antes a todos os lugares. A floresta continuaria a cair e, algumas vezes, isso ocorreria por falta de conhecimento de um morador sobre o seu valor. À medida que caminhávamos e a noite caía, uma idéia começou a se formar: a necessidade de uma ferramenta portátil para tomar as comunidades mais poderosas, um *workshop* itinerante sobre papel, um livro para os quase-alfabetizados.

A ciência precisa ser rigorosa. Fazendeiros e caçadores sobrevivem das espécies que nós meramente estudamos. Entretanto, Glória nos havia ensinado que números não seriam suficientes. Eles poderiam nos dar uma base técnica, mas não inspirariam negociações mais respeitadas, equidade ou conservação. Nas vilas, as florestas significam não só ecologia e economia, mas também música, história, cultura e cura. Por isso, o livro deveria ser escrito não só por autoridades em Amazônia,

mas também por fazendeiros que praticam o corte-e-queima, caçadores e parteiras. Acrescentamos contos sobre a madeira e a cultura e lendas da floresta, receitas de sabão e de bolos, informações sobre como processar óleos, e dicas para plantar árvores frutíferas.

Glória ajudou a escolher um tamanho de letra maior para o livro, a inserir várias figuras em cada página, e a manter o formato simples. Quando a obra foi impressa pela primeira vez, em 1998, já começava a atrair novos leitores: professores, donas de casa da cidade, fazendeiros, inclusive gente que nunca entrou numa floresta.

Nos anos que se seguiram à impressão do primeiro livro, chamado *Frutíferas da Mata na Vida Amazônica*, Glória distribuiu cópias aos moradores que buscavam informação. Ela viajou, muitas vezes sem financiamento ou projeto oficial, nas estradas de arrasto, de canoa e a pé para regiões marcadas pelo conflito, para levar os *workshops* sobre o valor da floresta. Munida de dados sobre a ecologia, os mercados e o manejo de uma dúzia de árvores e palmeiras amazônicas, ela buscou informar as discussões e catalisar a mudança. Usou o livro para dar poder, através da ciência, e uma voz aos moradores.

No ano 2000, Carlos Vicente e Adalberto Veríssimo, atualmente assessores do Ministério do Meio Ambiente, solicitaram uma versão ampliada do livro original que incluísse espécies do Acre. O novo livro, *Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica*, inclui a pesquisa de 90 cientistas brasileiros e internacionais, cobrindo 21 espécies. Ecólogos, economistas e antropólogos, assim como políticos, romperam a tradição, escreveram de

forma simples, abraçando as vozes das populações rurais, e colaboraram com a crença de que cartuns e histórias não diminuiriam, mas aumentariam o impacto sobre as pessoas que necessitam das informações.

TREINAMENTO INOVADOR

Esforços inéditos para conservar e manejar espécies valiosas, das quais as populações rurais e urbanas dependem, estão em curso no Brasil – como a iniciativa do Serviço Florestal para desenvolver um treinamento inovador para o manejo comunitário de produtos florestais madeireiros e não madeireiros em toda a Amazônia.

O Conselho Nacional dos Seringueiros, as Casas Familiares Rurais, o Instituto de Florestas Tropicais, o Ibama e o Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – reforçam a educação e o treinamento florestal ao oferecer informações para as comunidades rurais sobre os diversos valores da floresta. E em especial para as mulheres, que sempre defenderam a floresta e reconhecem a terra como fonte de vida.

Infelizmente, apoio para o trabalho de base como o conduzido por Glória ainda está em falta. Contra madeireiros predadores, uma sociedade machista e cientistas de elite, ela segue lutando para alcançar os moradores da floresta. Se nós queremos que pequenos proprietários e populações tradicionais que manejam um terço da Amazônia brasileira saibam manejar não só a madeira, mas também frutos, a vida selvagem, fibras e resinas, eles vão precisar de informação para poder analisar, de maneira crítica, suas opções.

A FLORESTA NÃO É SÓ ECOLOGIA E ECONOMIA, MAS TAMBÉM MÚSICA, HISTÓRIA, CULTURA E CURA



A SERVIÇO DE QUEM PRECISA

No livro *Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica*, 90 cientistas romperam a tradição e escreveram de forma simples, abraçando as vozes das populações rurais





FOTOS: BRUNO BERNARDI

RENATA MEIRELLES



JOGO DE TROCAR. Coordenado por uma educadora e um documentarista, o Projeto Bira foi a comunidades amazônicas colher brinquedos e brincadeiras. Em troca, levou para as crianças de lá outros objetos e jeitos de brincar, descobertos em excursões anteriores a diversas regiões do Brasil. (Mais informações no site www.projetoBira.com) ■